

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
Escola de Saúde do Exército
(Es Apl para o Sv Sau Ex/1910)

Es S Ex

MANUAL DO CANDIDATO(A)

**CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS
SERVIÇO DE SAÚDE
CONCURSO DE ADMISSÃO
2015**

APRESENTAÇÃO

Prezado (a) Candidato (a)

A Escola de Saúde do Exército (EsSEx) congratula-se com o(a) senhor(a) pela confiança depositada na Instituição Exército Brasileiro e pela opção profissional de integrar o Serviço de Saúde do Exército, fiel depositário dos valores legados pelo General Médico Dr João Severiano da Fonseca, seu patrono.

O Decreto nº 2332 criou, em 06 de janeiro de 1910, na cidade do Rio de Janeiro, a Escola de Aplicação para o Serviço de Saúde do Exército, mais tarde denominada Escola de Saúde do Exército, responsável historicamente pela formação dos oficiais do Serviço de Saúde do Exército.

Atualmente o curso perfaz um total de 37(trinta e sete) semanas de instrução e o(a) senhor(a) será preparado(a) para assumir as funções e as responsabilidades de oficial do Exército, dentro ou fora de sua área de atividade. Para isso, dentre as atividades de ensino das Escolas destacamos:

- duas semanas de estágio na Academia Militar das Agulhas Negras, (AMAN) Resende – RJ;
- exercício de sobrevivência;
- exercício no terreno com aplicação dos preceitos do Serviço de Saúde em campanha em 1º, 2º e 3º escalões;
- visitas e estágios em diversas Organizações Militares das Forças Armadas;
- competições desportivas internas e externas;
- oito tempos de instruções diárias;
- projetos interdisciplinares (trabalho técnico-científico);
- participação em formaturas semanais; e
- integração dos alunos no sistema de ensino de idiomas do Exército, através da realização de cursos e estágios de idiomas estrangeiros.

Os principais assuntos que serão ministrados ao longo do ano letivo e que concorrerão para sua adaptação à vida do profissional de saúde do Exército são:

- ordem unida;
- armamento, munição e tiro;
- legislação técnica de saúde;
- serviço de saúde em campanha;
- legislação médico pericial do Exército Brasileiro;
- noções de diagnóstico e tratamento das doenças tropicais;
- noções de diagnóstico e tratamento de pacientes acometidos por armas químicas, biológicas e nucleares;
- justiça, hierarquia e disciplina;
- marcha e estacionamento; e
- comando, chefia e liderança.

O expediente, do corpo discente, da Escola de Saúde do Exército será assim distribuído:

- de segunda a quinta-feira – das 7:30 às 16:30 h
- sexta-feira – das 7:00 às 12:00 h

No decorrer do curso, como 1º Tenente-Aluno, o senhor(a) terá direito: a alimentação, alojamento, vencimentos e assistência médica e odontológica. Tão logo o nível de instrução permita, concorrerá às escalas de serviços (24 horas).

O senhor(a) deverá ainda:

- Assistir integralmente a todos os trabalhos escolares previstos para o seu curso;
- Dedicar-se ao auto-aperfeiçoamento intelectual, técnico, físico e moral;
- Cumprir os dispositivos regulamentares e as determinações superiores;
- Contribuir para o prestígio da Escola;
- Observar rigorosa probidade na execução de quaisquer provas ou trabalhos escolares, considerando os recursos ilícitos como incompatíveis com a dignidade pessoal, a tradição escolar e a honra militar;
- Empenhar-se em práticas sadias de higiene individual e coletiva;
- Cooperar para a boa conservação das dependências e do material da Escola;
- Concorrer para que se mantenha rigoroso asseio em todas as dependências da Escola; e
- Cultivar os preceitos de sã camaradagem e disciplina consciente.

Estas instruções transcrevem as principais informações ao candidato(a), tendo por base o Edital publicado no Diário Oficial da União (DOU) Nr 126, seção 3, de 6 de julho de 2015.

I. DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O presente concurso será regido pela Portaria nº 74 - DECEX, de 19 de junho de 2015, que aprova as Instruções Reguladoras do Concurso de Admissão e da Matrícula nos Cursos de Formação de Oficiais do Serviço de Saúde (IRCAM/CFO/S Sau) – EB60-IR-17.001 e pela Portaria nº 75 - DECEX, de 19 de junho de 2015, que aprova a taxa de inscrição, o calendário anual e a relação das guarnições de exame e organizações militares sedes de exame referentes ao CA para matrícula nos Cursos de Formação de Oficiais do Serviço de Saúde em 2016.

Art. 2º O Concurso destina-se a preencher as vagas fixadas pela Portaria nº 85-EME, de 14 de abril de 2015, que fixa as vagas dos cursos e estágios gerais no Exército Brasileiro para o ano de 2016, conforme consta do Anexo “B” ao presente edital.

Art. 3º O Concurso de Admissão obedecerá ao seguinte calendário de eventos (extraído da Portaria nº 75 - DECEX, de 19 de junho de 2015).

Nº	EVENTO	DATA / HORA
1	Inscrição.	De 6 JUL a 4 AGO 15
2	Envio dos documentos necessários à inscrição para os candidatos que solicitarão isenção de taxa por meio dos Correios, utilizando preferencialmente o Sedex.	De 6 a 17 JUL 15
3	Divulgação da relação dos requerimentos de isenção deferidos.	Até 24 JUL 15
4	Solicitação de revisão do pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição indeferido anteriormente, por meio de requerimento à DESMil, endereçado diretamente à Seção de Concursos, utilizando preferencialmente o SEDEX.	De 24 a 28 JUL 15
5	Envio dos documentos necessários à inscrição para os candidatos cuja solicitação de isenção foi indeferida, por meio dos Correios, utilizando preferencialmente o SEDEX.	De 24 JUL a 5 AGO 15
6	Divulgação dos resultados dos requerimentos dos candidatos que solicitaram revisão do pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição, por meio de requerimento ao Diretor de Educação Superior Militar.	Até 3 AGO 15
7	Envio dos documentos necessários à inscrição para os candidatos que não solicitarão isenção de taxa por meio dos Correios, utilizando preferencialmente o Sedex.	De 6 JUL a 5 AGO 15
8	Disponibilização na Internet dos Cartões de Confirmação de Inscrição, para os candidatos cuja inscrição foi deferida ou Boletins Informativos para os candidatos cujas inscrições	Até 18 SET 15

	foram indeferidas.	
9	Data da realização da prova do Exame Intelectual (EI).	27 SET 2015
10	Horário de fechamento dos portões nos locais de prova.	08:00 horas (hora de Brasília)
11	Horário de início da prova.	09:00 horas (hora de Brasília) duração de 04 horas
12	Divulgação dos gabaritos pela Internet.	30 SET 15
13	Término do prazo para a postagem, nas agências dos Correios, dos pedidos de revisão.	2 OUT 15
14	Divulgação, na Internet, do resultado do concurso (candidatos aprovados no EI), e providências para a sua publicação no DOU	Até 30 OUT 15
15	Realização da Inspeção de Saúde (IS) e Inspeção de Saúde em Grau de Recurso (ISGR), esta quando for o caso.	De 30 Nov a 18 DEZ 15
16	Realização do Exame de Aptidão Física (EAF), para os aptos na IS ou ISGR.	De 30 Nov a 18 DEZ 15
17	Apresentação dos candidatos convocados na EsSEx para a última etapa do CA.	7 MAR 16
18	Revisão médica e análise dos originais dos documentos exigidos para a matrícula nos CFO/S Sau dos candidatos convocados.	De 7 a 11 MAR 16
19	Entrada de requerimento solicitando adiamento de matrícula – Encerramento do CA.	Até 11 MAR 16
20	Matrícula e início do ano letivo	14 MAR 16
21	Publicação no DOU da homologação do CA 2015-16 e, quando for o caso, das matrículas nos CFO/S Sau referentes a adiamento anterior e/ou de segundas matrículas.	Até 14 MAR 16

II. DA INSCRIÇÃO

Art. 4º - Dos requisitos exigidos.

§ 1º - O(A) candidato(a) à inscrição no concurso público de admissão nos Cursos de Formação de Oficiais do Serviço de Saúde do Exército (CFO/S Sau), de ambos os sexos, deverá satisfazer aos seguintes requisitos, que deverão ser comprovados até a data da matrícula à qual se referir o respectivo CA.

§ 2º - O(A) candidato(a) a qualquer um dos cursos de formação profissional deverá atender aos seguintes requisitos comuns a todas as áreas e especialidades ou habilitações profissionais objetos do concurso:

1. ser brasileiro nato;
2. ter concluído com aproveitamento, em instituição de ensino superior, o curso de graduação, que o habilite ao exercício profissional, bem como possuir curso referente a uma das especialidades ou habilitações das áreas para as quais foram estabelecidas vagas destinadas à matrícula nos CFO/S Sau; as áreas e especialidades ou habilitações profissionais objetos do concurso correspondem às vagas estabelecidas em portaria do Estado-Maior do Exército (EME), destinadas à matrícula no ano a que se referir o respectivo CA; o curso de graduação em Medicina, Farmácia ou Odontologia e a instituição de ensino superior (Faculdade de Medicina, Farmácia ou Odontologia) devem ser

reconhecidos, oficialmente, pelo Ministério da Educação, na forma da legislação federal que regula a matéria;

3. possuir idade de, no máximo, 36 (trinta e seis) anos, completados no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro do ano da matrícula;
4. se militar da ativa de Força Armada ou de Forças Auxiliares, estar classificado, nos termos do Regulamento Disciplinar do Exército, no mínimo, no comportamento “bom” ou equivalente da Força Específica;
5. se ex-integrante de qualquer uma das Forças Armadas ou de Força Auxiliar, não ter sido demitido *ex officio* por ter sido declarado indigno para o oficialato ou com ele incompatível, excluído ou licenciado a bem da disciplina, salvo em caso de reabilitação;
6. não ter sido considerado isento do Serviço Militar, seja por licenciamento ou exclusão de organização militar a bem da disciplina, seja por incapacidade física ou mental definitiva (“Incapaz C”), condição esta a ser comprovada pelo certificado militar que recebeu; nestes casos, deve apresentar o Certificado de Reservista, Certificado de Dispensa de Incorporação ou Certificado de Alistamento Militar (CAM), dentro dos limites de sua validade;
7. não ter sido julgado, em inspeção de saúde, incapaz definitivamente para o serviço do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, de Polícia Militar ou Corpo de Bombeiros Militar;
8. se ex-aluno de estabelecimento de ensino de formação de oficiais ou de praças do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, de Polícia Militar ou de Corpo de Bombeiros Militar, não ter sido desligado por motivo disciplinar, tendo sido classificado, no mínimo, no comportamento “bom”, por ocasião do seu desligamento;
9. estar em dia com suas obrigações perante o Serviço Militar e a Justiça Eleitoral;
10. ter pago a taxa de inscrição, caso não preencha os requisitos do Decreto nº 6.593, de 2 de outubro de 2008;
11. não estar na condição de réu em ação penal;
12. não ter sido, nos últimos 5 (cinco) anos na forma da legislação vigente:
 - a) responsabilizado por ato lesivo ao patrimônio público de qualquer esfera de governo em processo disciplinar administrativo, do qual não caiba mais recurso, contado o prazo a partir da data do cumprimento da sanção; ou
 - b) condenado em processo criminal transitado em julgado, contado o prazo a partir da data do cumprimento da pena.
13. ter, no mínimo, 1,60m (um metro e sessenta centímetros) de altura, se do sexo masculino, ou 1,55m (um metro e cinquenta e cinco centímetros) de altura, se do sexo feminino;
14. possuir aptidão física e idoneidade moral que o recomendem ao ingresso na carreira de oficial do Exército Brasileiro e, ainda, não exercer ou não ter exercido atividades prejudiciais ou perigosas à Segurança Nacional, conforme o art. 11 da Lei nº 6.880, de 1980 (Estatuto dos Militares);
15. não apresentar tatuagens que, nos termos de detalhamento constante de normas do Comando do Exército, faça alusão à ideologia terrorista ou extremista contrária às instituições democráticas, à violência, à criminalidade, à ideia ou ato libidinoso, à discriminação ou preconceito de raça, credo, sexo ou origem ou, ainda, à ideia ou ato ofensivo às Forças Armadas; ou

§ 3º Como requisitos particulares a serem atendidos, de acordo com a área em que solicitar sua inscrição, o(a) candidato(a) deverá também possuir:

1. Diploma de graduação - conforme o curso de formação de oficiais a que se destine o(a) candidato(a), comprovando a graduação e a habilitação para o exercício dos cargos correspondentes - de instituições credenciadas e cursos

oficialmente reconhecidos pelo Ministério da Educação, na forma da legislação federal que regula a matéria e devidamente registrado. Será admitido, também, o diploma emitido e registrado, com fundamento no art. 63, da Portaria Normativa nº 40-MEC, de 12 de dezembro de 2007.

2. Título de especialista (curso de especialização *lato sensu*), certificado ou diploma de residência, ou diploma de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e/ou doutorado), na área objeto do concurso a que se referir à inscrição, de instituições credenciadas e cursos oficialmente reconhecidos pelo Ministério da Educação, na forma da legislação federal que regula a matéria e devidamente registrado. Será admitido, também, o diploma emitido e registrado, com fundamento no art. 63, da Portaria Normativa nº 40-MEC, de 12 de dezembro de 2007.

Art. 5º - Do processamento da inscrição.

§ 1º - O pedido de inscrição será feito em requerimento do(a) candidato(a), civil ou militar, dirigido ao Comandante da Escola de Saúde do Exército e remetido diretamente àquela Escola, por meio da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios), preferencialmente via SEDEX, dentro do prazo estabelecido no Calendário Anual do CA, conforme portaria do Departamento de Ensino e Cultura do Exército (DECEX) e no art 3º, deste Edital.

§ 2º - O Manual do(a) Candidato(a), o modelo do requerimento de inscrição, a bibliografia para as provas do exame intelectual estarão disponibilizados pela EsSEX, no seguinte endereço da rede mundial de computadores (Internet): <http://www.essex.ensino.eb.br>. O(A) candidato(a) deverá, obrigatoriamente:

I - preencher, com seus dados pessoais, o formulário acessado por meio do endereço eletrônico citado, assinalando também sua opção quanto à guarnição de exame e à Organização Militar Sede de Exame (OMSE), dentre as previstas no anexo C, deste edital, onde deseja realizar o exame intelectual (EI), a opção correspondente à sua área e especialidade ou habilitação profissional, sua opção pelo idioma estrangeiro (Inglês ou Espanhol) em relação ao qual deseja ser avaliado no EI.

II - confirmar os dados inseridos no formulário e imprimi-lo;

III - colar sua foto no formulário, no local a isso destinado, datar e assinar; o requerimento conterá a declaração do(a) candidato(a) de que aceita, de livre e espontânea vontade, submeter-se às normas do CA e às exigências do curso pretendido e da profissão militar, caso seja matriculado, segundo as condições estabelecidas no art. 8º, deste Edital; e

IV - remeter o requerimento de inscrição à EsSEX, preferencialmente via SEDEX, juntamente com a segunda via da Guia de Recolhimento Único (GRU), devidamente paga e autenticada por agência bancária ou casa lotérica autorizada a recolher tributos, conforme as prescrições contidas no art. 6º, deste Edital, caso não preencha os requisitos do Decreto nº 6.593, de 2 de outubro de 2008. No caso de candidato(a) militar, deverá constar, do requerimento, parecer de seu comandante, chefe ou diretor de OM quanto à sua inscrição.

§ 3º - O preenchimento do requerimento de inscrição na Internet, pelo(a) candidato(a), não caracteriza sua inscrição no concurso, o que somente ocorrerá caso obtenha deferimento, após o envio da documentação necessária à EsSEX.

§ 4º - Após a realização da inscrição não serão aceitos, em nenhuma hipótese, pedidos de mudança de Gu Exm e OMSE, exceto no caso de candidatos(as) militares da ativa que forem movimentados no decorrer do concurso. Além disso, não serão aceitos pedidos de mudança das opções feitas pelo(a) candidato(a), civil ou militar, quanto à área, especialidade ou modalidade de atividade profissional e ao idioma estrangeiro escolhido para ser avaliado no EI.

§ 5º - Os(As) candidatos(as) militares da ativa que forem movimentados no decorrer do concurso deverão solicitar, mediante requerimento dirigido ao Comandante da EsSEX, e encaminhado por intermédio dos Correios, preferencialmente via SEDEX, a mudança da Gu Exm e OMSE, em prazo não inferior a quinze dias da data prevista para a realização dos exames ou da IS. Para fins de comprovação, será considerada a data do carimbo de postagem da agência dos Correios.

§ 6º - Os dispositivos dos § 4º e 5º anteriores, deste Edital, aplicam-se também aos(as) candidatos(as) que forem dependentes de militares da ativa, no caso destes terem sido movimentados no decorrer do concurso.

§ 7º - Os(As) candidatos(as) deverão remeter à EsSEx os seguintes documentos, por meio de agência dos Correios, utilizando preferencialmente o SEDEX, até o primeiro dia útil subsequente ao término do período previsto para a realização das inscrições, estabelecido no Calendário Anual do CA:

I - requerimento de inscrição, preenchido conforme as orientações contidas nestas Instruções e no Manual do(a) Candidato(a), datado e assinado pelo(a) candidato(a); a fotografia colada ao requerimento deverá ser de tamanho 3x4 cm, colorida, de frente, sem óculos escuros, sem lenço na cabeça, sem chapéu, boné, peruca ou similares, e com data posterior a 1º de janeiro do ano do concurso impressa na fotografia;

II - segunda via da Guia de Recolhimento Único (GRU), devidamente paga e autenticada por agência bancária ou casa lotérica autorizada a recolher tributos, conforme as prescrições contidas no art. 6, deste Edital, caso não preencha os requisitos do Decreto nº 6.593, de 2 de outubro de 2008; e

III - Requerimento de isenção substituindo a segunda via da Guia de Recolhimento (GRU), se for o caso.

§ 8º - O requerimento de inscrição ficará disponível para preenchimento até a data estabelecida no Calendário Anual do CA, para processamento das inscrições.

§ 9º - Não será permitida a realização de mais de uma inscrição utilizando o mesmo número do Cadastro de Pessoa Física (CPF), emitido pela Receita Federal.

§ 10 - Durante a aplicação da prova do Exame Intelectual (EI), em cada local designado, a respectiva Comissão de Aplicação e Fiscalização (CAF) coletará as impressões digitais dos(as) candidatos(as).

§ 11 - Para efeito deste edital, entende-se por:

I – candidato(a) civil: o cidadão que não pertença ao serviço ativo de Força Armada, Polícia Militar ou Corpo de Bombeiros Militar; inclui-se, neste caso, o integrante da reserva de 2ª classe (R/2) ou não-remunerada, seja este Aspirante-a-Oficial, Guarda-Marinha, oficial, praça ou reservista; e

II – candidato(a) militar: o militar incluído no serviço ativo de Força Armada (inclusive o Atirador de Tiro-de-Guerra, equiparado à praça), Polícia Militar ou Corpo de Bombeiros Militar.

§ 12 – O(A) candidato(a) militar deverá informar oficialmente a seu comandante, chefe ou diretor a sua inscrição no concurso, para que sejam tomadas as providências decorrentes por parte da instituição a que pertence, de acordo com suas próprias normas.

§ 13 - Competirá ao Comandante da EsSEx o deferimento ou indeferimento das inscrições requeridas.

§ 14 - A EsSEx disponibilizará os cartões de confirmação de inscrição e boletins informativos sobre indeferimento de inscrições em seu endereço na Internet (<http://www.essex.ensino.eb.br>), até 7 (sete) dias antes da data prevista para a realização do exame intelectual.

§ 15 – O(A) candidato(a) que tiver sua inscrição deferida deverá acessar o referido endereço eletrônico, mediante seus números de inscrição e CPF, e imprimir o seu Cartão de Confirmação de Inscrição, que conterá informações importantes para o(a) candidato(a) quanto aos locais, datas e horários do exame intelectual e demais etapas do CA, conforme este Edital.

§ 16 – O(A) candidato(a) inscrito atestará sua submissão às exigências do CA, não lhe assistindo direito a ressarcimento de qualquer natureza, decorrente de insucesso no CA ou não aproveitamento por falta de vagas.

§ 17 - A documentação de inscrição somente terá validade para o ano a que se referir o CA, correspondente à matrícula no ano seguinte, conforme expresso neste edital.

§ 18 - No caso de o(a) candidato(a) deixar de assinalar a opção relativa ao Idioma Estrangeiro em seu requerimento de inscrição, será considerado, para fins de realização do EI, como tendo o mesmo optado para ser avaliado no idioma Inglês.

§ 19 - Não serão aceitas inscrições realizadas por intermédio de procuração. As assinaturas constantes do requerimento e do Cartão de Confirmação de Inscrição devem ser feitas de próprio punho pelo(a) candidato(a).

§ 20 - Constituem causas de indeferimento da inscrição:

I - Remeter a documentação necessária para a inscrição à EsSEx após a data estabelecida no Calendário Anual do CA; para fins de comprovação, será considerada a data constante do carimbo de postagem;

II - contrariar quaisquer dos requisitos exigidos ao(à) candidato(a), previstos no art. 4º, deste Edital;

III - deixar de apresentar quaisquer dos documentos necessários à inscrição, ou apresentá-los contendo irregularidades, tais como rasuras, emendas, nomes ilegíveis, falta de assinatura, dados incompletos, falta de fotografia, fotografia desatualizada ou sem data; e

IV - Deixar de assinalar em seu requerimento de inscrição o campo relativo à opção pela área, especialidade ou modalidade de atividade profissional.

§ 21 – O(A) candidato(a) que contrariar, ocultar ou adulterar qualquer informação relativa às condições exigidas para a inscrição e matrícula – constantes do art. 4º, deste Edital – será considerado inabilitado ao concurso, sendo dele eliminado e excluído, tão logo seja descoberta e comprovada a irregularidade. Caso o problema não seja constatado antes da data da matrícula e esta for efetuada, o(a) aluno(a) enquadrado nesta situação será excluído e desligado da EsSEx, em caráter irrevogável e em qualquer época. Os responsáveis pela irregularidade estarão sujeitos às sanções disciplinares cabíveis ou a responderem a inquérito policial, se houver indício de crime.

§ 22 – O(A) candidato(a) deverá providenciar novo documento de identificação nos seguintes casos:

I - fotografia do documento muito antiga ou danificada não permitindo identificar claramente o seu portador.

II - assinatura do documento diferente da atualmente utilizada pelo(a) candidato(a); e

III - documento adulterado, rasurado, danificado ou com prazo de validade expirado.

Art. 6º - Da taxa de inscrição.

§ 1º - O valor da taxa de inscrição foi fixado pela Portaria nº 75 - DECEx, de 19 de junho de 2015 e destina-se a cobrir as despesas com a realização do CA.

§ 2º - O valor da taxa de inscrição será de R\$ 130,00 (cento e trinta reais).

§ 3º - Para o pagamento da taxa de inscrição, o(a) candidato(a) deverá acessar a página da Internet https://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp e, de acordo com as orientações nela contidas, preencher os campos do formulário da Guia de Recolhimento da União (GRU) com os seguintes dados:

I - UG: 167319;

II - gestão: 00001;

III - nome da Unidade: Escola de Saúde do Exército;

IV - recolhimento - Código: 22687-4;

V - descrição do Recolhimento: Exerc / Fundo – Conc Oficiais;

VI - contribuinte – CPF: (nº do CPF do(a) candidato(a));

VII - nome do Contribuinte: (nome do(a) candidato(a));

VIII - valor Principal: R\$ 130,00 (cento e trinta reais); e

IX - valor total: R\$ 130,00 (cento e trinta reais).

Observação: Os demais campos devem permanecer em branco; após o preenchimento, “clique” em emitir GRU simples, imprimir a guia em duas vias e efetuar seu pagamento junto a uma agência bancária ou casa lotérica autorizada a recolher tributos.

§ 4º - Não haverá restituição da taxa de inscrição, em hipótese alguma.

§ 5º - A inscrição somente será efetivada mediante confirmação do pagamento da taxa de inscrição, caso não preencha os requisitos do Decreto nº 6.593, de 2 de outubro de 2008, e remessa da mesma preferencialmente via SEDEX, juntamente com o requerimento de inscrição conforme o § 7º art. 5º,

deste Edital, dentro do período previsto para a realização das inscrições estabelecido no Calendário Anual do CA.

§ 6º - A taxa de inscrição somente terá validade para o ano a que se referir o concurso, correspondente à matrícula no ano seguinte.

Art. 7º - Não haverá isenção total ou parcial do valor da taxa de inscrição, exceto para o(a) candidato(a) que atenda aos seguintes requisitos:

I – o(a) candidato(a) que for membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, desde que apresentem anexos ao seu requerimento, os seguintes documentos comprobatórios:

a) cópia do comprovante de rendimentos relativos ao mês de abril ou maio do corrente ano de todas as pessoas que compõem o grupo familiar e que residam no mesmo endereço. Para este fim, constituem-se documentos comprobatórios:

1. de empregados: cópia do contracheque ou carteira profissional ou declaração do empregador;

2. de aposentados, pensionistas, beneficiários de auxílio-doença e outros: cópia do extrato trimestral do ano em curso ou comprovante de saque bancário, contendo o valor do benefício do INSS ou de outros órgãos de previdência;

3. de autônomos e prestadores de serviço: cópia do último carnê de pagamento de autonomia junto ao INSS e declaração de próprio punho contendo o tipo de atividade exercida e o rendimento médio mensal obtido; e

4. de desempregados: cópia da carteira profissional, formulário de rescisão de contrato de trabalho, declaração informando o tempo em que se encontram fora do mercado de trabalho e como têm se mantido e comprovantes do seguro desemprego.

b) cópia do comprovante de Imposto de Renda. O(A) candidato(a) deverá apresentar o formulário completo de declaração e notificação do imposto de renda do corrente ano (com base no ano anterior), de todas as pessoas maiores de 18 (dezoito) anos descritas no quadro de composição familiar;

c) cópia do comprovante de despesas (relativas ao mês de abril ou maio do corrente ano):

1. com habitação (prestação de casa própria ou aluguel e condomínio)

2. com instrução (mensalidades escolares, cursos, comprovante de concessão de bolsa de estudos);

3. com contas de consumo (luz, gás, telefone, convencional e celular, água IPTU). No caso em que as contas de energia elétrica ou água forem divididas entre duas ou mais residências, se faz necessária a apresentação de declaração (pode ser de próprio punho), justificando o fato; e

4. com outras despesas que possam ser comprovadas (plano de saúde, IPVA e outras).

d) cópia dos comprovantes relativos à composição familiar: documento de identidade CPF, para os maiores de 18 anos (desde que não tenha trazido nenhum outro documento); certidão de casamento e, no caso de casais de familiares falecidos; certidão ou documentos referentes à tutela, adoção, termo de guarda e responsabilidade ou outros expedidos pelo juiz.

II – o(a) candidato(a) que estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – Cadastro Único, desde que apresentem, anexa ao seu requerimento a cópia dos

documentos citados nas letras a) e b) do inciso I deste artigo, podendo ser substituída por uma declaração de que atende à condição estabelecida no inciso II do art. 1º do Decreto nº 6.593, de 2008, informando o Número de Identificação Social – NIS, atribuído pelo Cadastro Único. Neste caso, a EsSEx consultará o órgão gestor do Cadastro Único para verificar a veracidade das informações prestadas pelo(a) candidato(a); e

III - caso o pedido de isenção de taxa de inscrição seja indeferido, o(a) candidato(a) poderá solicitar a revisão de seu pedido encaminhando expediente (preferencialmente via SEDEX) à Seção de Concurso da EsSEx, que enviará os documentos do(a) candidato(a) à Diretoria de Educação Superior Militar, onde será procedida a revisão, obedecendo-se o seguinte:

a) o(a) candidato(a) terá 2 (dois) dias úteis, a contar da data de divulgação do resultado de seu pedido, para solicitar a revisão de sua documentação; e

b) o(a) candidato(a) que tiver seu requerimento de isenção indeferido mais uma vez e desejar efetivar a sua inscrição no CA, deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição até a data estabelecida no Calendário Anual do CA, conforme procedimentos descritos neste edital.

Art. 8º - Da submissão do(a) candidato(a) às normas do CA e às exigências do curso e da carreira militar.

§ 1º - Ao solicitar sua inscrição, o(a) candidato(a) estará atestando que aceita submeter-se voluntariamente:

I - às normas do CA, não lhe assistindo direito a nenhum tipo de ressarcimento decorrente de indeferimento da inscrição, insucesso em qualquer etapa do processo ou não-aproveitamento por falta de vagas;

II - às exigências do curso pretendido, caso seja aprovado, sujeitando-se a acompanhar os trabalhos escolares, inclusive em atividades de campo, exercícios, manobras e demais atividades características das instituições militares, e a apresentar seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC); e

III - às exigências futuras da carreira militar, caso conclua o curso na EsSEx com aproveitamento e seja declarado(a) Oficial(a) do Exército Brasileiro, podendo ser classificado em qualquer organização militar, ser movimentado para outras sedes e designado para atividades diferentes das relacionadas à sua especialização, de acordo com as necessidades do Exército, conforme o que prescreve o Regulamento de Movimentação para Oficiais e Praças do Exército (R-50).

§ 2º - Ao ser inscrito, e caso seja aprovado no CA e matriculado(a), o candidato(a) deverá estar ciente de que sua movimentação por término do curso da EsSEx será feita nas seguintes condições:

I - decorrerá de escolha individual do futuro aluno(a), em estrita observância ao critério do “mérito intelectual” (por ordem de classificação na turma), independentemente do seu estado civil ao término do curso;

II - se o concludente for cônjuge de outro militar do Exército, e este estiver residindo em localidade diferente daquela para a qual for feita a movimentação (o que caracterizaria a separação dos mesmos), o cônjuge não-concludente poderá requerer sua transferência, por interesse próprio, para a mesma guarnição ou sede, a fim de permitir o restabelecimento da união conjugal;

III - no caso de classificação de cônjuges, ambos concludentes, em localidades diferentes, um deles poderá requerer, após um ano de efetivo serviço nas guarnições ou sedes de destino, sua transferência, por interesse próprio, para a mesma guarnição ou sede, a fim de permitir o restabelecimento da união conjugal;

IV - a movimentação do militar, concludente do curso ou não, após a observância dos incisos I, II ou III deste parágrafo, estará condicionada à existência de cargo vago correspondente a seu posto/graduação, em organização militar da guarnição desejada; não havendo vagas e, após um ano de efetivo serviço do concludente na guarnição ou sede para a qual este for movimentado, outra opção será ofertada a um dos cônjuges, para transferência, por interesse próprio, visando conciliar os interesses do serviço e do casal.

§ 3º - O(A) candidato(a) deverá, ainda, estar ciente de que, se for aprovado, classificado no concurso e matriculado num dos CFO/S Sau, vindo a ser declarado(a) oficial(a) do Exército Brasileiro, estará sujeito às prescrições dos artigos 115 e 116 do Estatuto dos Militares (Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980), caso venha a pedir demissão do Exército com menos de 5 (cinco) anos de oficialato. Nesta situação, terá que indenizar a União pelas despesas realizadas com a sua preparação e formação.

§ 4º - Para que o oficial do Serviço de Saúde do Exército Brasileiro possa ser promovido ao posto de major, é obrigatória a realização do Curso de Aperfeiçoamento Militar (CAM), ministrado pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO).

III. DAS ETAPAS E DOS ASPECTOS GERAIS DO CA

Art. 9º - Das etapas do CA.

§ 1º - O CA para a matrícula abrange um concurso público (exame intelectual) em âmbito nacional e de caráter eliminatório e classificatório, e a verificação dos requisitos biográficos, de saúde e físicos exigidos aos(às) candidatos(as) para a matrícula.

§ 2º - O EI, como parte do CA, será unificado para cada uma das áreas, especialidades ou habilitações do CFO/S Sau, e visa à seleção intelectual e classificação dos(as) candidatos(as), sendo realizado, simultaneamente, em localidades distribuídas por todas as regiões do território nacional. Tem por objetivo selecionar os(as) candidatos(as) que demonstrarem possuir capacidade intelectual e conhecimentos fundamentais, que lhes possibilitem acompanhar os estudos durante a realização do curso na EsSEx.

§ 3º - O CA para matrícula no CFO/S Sau é composto pelas seguintes etapas, todas de caráter eliminatório:

I - concurso de admissão (constituído de um exame intelectual);

II - inspeção de saúde (IS);

III - exame de aptidão física (EAF); e

IV - revisão médica e comprovação dos requisitos biográficos exigidos aos(às) candidatos(as).

Art. 10 - Dos aspectos gerais do concurso de admissão.

§ 1º - O CA, a IS e o EAF serão realizados sob a responsabilidade das guarnições de exame e das organizações militares sedes de exame (OMSE), designadas pelo DECEX no documento relativo ao Calendário Anual do CA.

§ 2º - O(A) candidato(a) realizará, obrigatoriamente, o exame intelectual (EI) na OMSE escolhida no ato da inscrição, e a IS e o EAF nos locais determinados pela respectiva guarnição de exame, desde que tais locais tenham sido confirmados em seu Cartão de Confirmação de Inscrição ou informados previamente ao(à) candidato(a), conforme as datas e horários estabelecidos no Calendário Anual do CA.

§ 3º - Caberá à EsSEx a elaboração e divulgação da lista dos aprovados no concurso, especificando os classificados dentro do número de vagas para os cursos e os que forem incluídos na majoração (lista de reservas). Essa lista deverá ser disponibilizada na Internet, no endereço eletrônico <http://www.essex.ensino.eb.br>, juntamente com o aviso de convocação dos(as) candidatos(as) selecionados para se apresentarem às demais etapas do CA.

§ 4º - Os(as) candidatos(as) aprovados no concurso de admissão (exame intelectual) e classificados dentro do número de vagas fixado pelo EME, por área, especialidade ou habilitação de atividade profissional, bem como os incluídos na majoração, serão convocados por sua guarnição de exame para a realização da IS e, caso aprovados nessa etapa, realizarão o EAF. Os Comandos das guarnições de exame orientarão os(as) candidatos(as) acerca dos locais e horários para a execução dessas etapas.

§ 5º - A majoração, quando houver, será estabelecida pela EsSEx com base no histórico de desistências e reprovações (inaptidões ou contra-indicações) dos processos seletivos realizados nos

últimos anos, e destina-se a recompletar o número total de candidatos(as) a serem selecionados dentro das vagas estabelecidas por área, especialidade ou habilitação. A chamada de candidatos(as) para recompletamento de vagas eventualmente abertas somente poderá ocorrer até a data de encerramento do CA, prevista no respectivo calendário.

§ 6º - A classificação do concurso de admissão será expressa com base nas notas finais do exame intelectual (NF/EI), dentro de cada área, especialidade ou habilitação objeto do CA.

Art. 11 - Dos critérios de desempate.

§ 1º - Em caso de igualdade na classificação, ou seja, mesma NF/EI para mais de um(a) candidato(a), serão utilizados os seguintes critérios de desempate, na ordem de prioridade abaixo estabelecida:

I - maior nota na parte da prova relativa a Conhecimentos Específicos;

II - maior nota na parte da prova relativa a Conhecimentos Gerais;

III - maior nota na parte da prova relativa a Idioma Estrangeiro; ou

§ 2º - Caso persista o empate, após utilizados os critérios dos incisos de I a III deste artigo, será melhor classificado o(a) candidato(a) de maior idade.

Art. 12 - Da publicação dos editais:

§ 1º - A EsSEx providenciará a publicação, no Diário Oficial da União (DOU):

I - do edital de abertura, contendo todas as informações do CA ao qual se referir, com base nestas Instruções;

II - do edital de divulgação do resultado do EI; e

III - do edital de homologação do resultado final do CA.

§ 2º - Não será fornecido ao(à) candidato(a) nenhum documento comprobatório de aprovação no CA, valendo, para este fim, a homologação publicada no DOU.

IV. DO EXAME INTELECTUAL

Art. 13 - Da constituição do exame intelectual.

§ 1º - O EI do CA será composto por uma prova escrita, a ser realizada no dia e horário previstos no Calendário Anual do CA e aplicada a todos(as) os(as) candidatos(as) inscritos(as). Versará sobre as matérias e assuntos aprovados pelo DECEX, constantes do edital de abertura do CA e do Manual do(a) Candidato(a). A prova terá duração de 4 (quatro horas) e um valor total de 10,00 (dez) pontos, e será composta pelas seguintes partes:

I - 1ª parte – Conhecimentos Gerais – contendo 20 (vinte) questões objetivas, com valor de 3,00 (três) pontos, abordando assuntos básicos dentro de sua graduação, contendo questões objetivas, do tipo “múltipla escolha”;

II - 2ª parte – Conhecimentos Específicos – contendo 30 (trinta) questões objetivas, com valor de 6,00 (seis) pontos, abordando assuntos da especialização ou habilitação escolhida pelo(a) candidato(a), contendo questões objetivas do tipo “múltipla escolha”; e

III - 3ª parte – Idioma Estrangeiro – contendo 10 (dez) questões objetivas com valor de 1,00 (um) ponto, versando sobre o idioma escolhido pelo(a) candidato(a) em seu requerimento de inscrição, contendo questões objetivas do tipo “múltipla escolha”.

§ 2º - A prova de Idioma Estrangeiro terá caráter meramente classificatório.

§ 3º - A bibliografia para o EI constará no final deste Manual, constituindo-se na base para a elaboração e correção das questões propostas e seus respectivos itens, bem como para argumentação dos pedidos de revisão de prova.

§ 4º - O(A) candidato(a) deverá transcrever suas respostas às questões no cartão de respostas da prova, que será o único documento válido para a correção. Para preencher o cartão, o(a) candidato(a) deverá marcar as respostas utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

§ 5º - Os prejuízos advindos de marcação incorreta no cartão de resposta serão de inteira responsabilidade do(a) candidato(a). Serão consideradas marcações incorretas as que forem feitas

com qualquer outra caneta que não seja esferográfica de tinta azul ou preta e que estiverem em desacordo com estas Instruções e com os modelos dos cartões de respostas, tais como dupla marcação, marcação rasurada, marcação emendada, campo de marcação não preenchido integralmente, marcas externas às quadrículas, indícios de marcações apagadas, uso de lápis, dentre outras. As marcações incorretas ou a utilização de qualquer outro tipo de caneta poderá acarretar erro de leitura por parte do equipamento usado na correção, cabendo ao(à) candidato(a) a responsabilidade pela consequente pontuação 0,00 (zero) atribuída à respectiva questão ou item da prova.

§ 6º - As questões da prova deverão ser formuladas de modo a se verificar a capacidade do(a) candidato(a) de elaborar raciocínios, evitando-se, em princípio, a simples memorização.

§ 7º - Durante a realização da prova, não será admitida nenhuma consulta ou comunicação entre os(as) candidatos(as), ou comunicação destes com outras pessoas não autorizadas.

§ 8º - No caso de algum(a) candidato(a) identificar o cartão de respostas fora dos locais para isto destinados, a sua prova será anulada e ele será eliminado do concurso.

Art. 14 - Dos procedimentos nos locais do EI, da sua organização, datas e horários da prova.

§ 1º - A aplicação do EI será feita nos locais destinados pelas OMSE, em suas próprias instalações ou em outros locais sob sua responsabilidade, na data e nos horários estabelecidos no Calendário Anual do CA (conforme a hora oficial de Brasília).

§ 2º - Os locais previstos para a realização da prova constarão do edital de abertura do CA e do Manual do(a) Candidato(a), e poderão ser alterados pela EsSEx, em função de suas capacidades e do número de candidatos(as) inscritos nas guarnições de exame e OMSE. Quando for o caso, a alteração do endereço para a realização da prova constará dos cartões de confirmação de inscrição dos candidatos(as) interessados.

§ 3º - A EsSEx informará às guarnições de exame e OMSE a quantidade de candidatos(as) inscritos em suas respectivas áreas de responsabilidade.

§ 4º - São de responsabilidade exclusiva do(a) candidato(a) a identificação correta de seu local de realização da prova – de acordo com o preenchimento que tenha feito em seu requerimento de inscrição e com a leitura que deverá fazer dos dados que constarão de seu Cartão de Confirmação de Inscrição – e o seu comparecimento ao local de realização do EI, na data e horário determinados no edital de abertura do concurso.

§ 5º - O(A) candidato(a) deverá comparecer ao local designado (local de prova) com antecedência de, pelo menos, 1h (uma hora) em relação ao horário previsto para o início do tempo destinado à realização da prova do EI na data prevista, considerando o horário oficial de Brasília, munido do seu documento de identidade, de seu Cartão de Confirmação de Inscrição e do material permitido para resolução das questões e marcação das respostas. Tal antecedência é imprescindível para a organização dos locais do EI, permitindo condições para que os(as) candidatos(as) sejam orientados pelos encarregados de sua aplicação e distribuídos nos seus lugares, ficando em condições de iniciarem as provas pontualmente nos horários previstos pelo Calendário Anual do CA.

§ 6º - Os portões de acesso aos locais do EI serão fechados 1 (uma) hora antes do horário de início da prova, previsto no Calendário Anual do CA e no edital, considerando o horário oficial de Brasília, quando, então, não mais será permitida a entrada de candidatos(as) para realizarem a prova.

§ 7º - O(A) candidato(a) deverá comparecer ao seu local de prova em trajes compatíveis com a atividade, inclusive não podendo usar gorro, chapéu, boné, viseira, lenço de cabelo, cachecol ou similares de modo que o cabelo e as orelhas do(a) candidato(a) devem estar sempre bem visíveis.

§ 8º - Não haverá segunda chamada para a realização da prova. O não comparecimento, por qualquer motivo, inclusive de saúde, para a sua realização implicará a eliminação automática do(a) candidato(a).

§ 9º - Os(As) candidatos(as) militares poderão comparecer para a realização do EI em trajes civis.

Art. 15 - Da identificação do(a) candidato(a).

§ 1º - Somente será admitido o acesso ao local de prova, para o qual esteja designado, de candidato(a) inscrito no concurso, o qual deverá apresentar à CAF o original de um dos seguintes documentos de identificação: cédula oficial de identidade; carteira emitida pelos órgãos criados por lei federal, controladores do exercício profissional, com valor de documento de identidade, de acordo com o previsto na Lei nº 6.206, de 7 de maio de 1975; ou Carteira Nacional de Habilitação com fotografia.

§ 2º - Será exigida a apresentação do documento de identificação original, não sendo aceitas cópias, ainda que autenticadas. Também não serão aceitos protocolos ou quaisquer outros documentos (crachás, identidade funcional, título de eleitor, Carteira Nacional de Habilitação sem fotografia, etc.) diferentes dos acima estabelecidos. O documento de identificação deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do(a) candidato(a) com clareza. Caso o(a) candidato(a) não possua um dos tipos de documentos citados no parágrafo anterior, deste Edital, deverá providenciar a obtenção de um deles até a data da realização do EI. Não será aceito, em qualquer hipótese, boletim ou registro de ocorrência em substituição ao documento de identidade.

Art. 16 - Do material de uso permitido nos locais de prova.

§ 1º - Para a realização da prova, o(a) candidato(a) somente poderá conduzir e utilizar o seguinte material: lápiz (apenas para rascunho), borracha, régua, prancheta sem qualquer tipo de inscrição e caneta esferográfica de tinta azul ou preta. O material não poderá conter qualquer tipo de inscrição, exceto as de caracterização (marca, fabricante, modelo) e as de graduações (régua). O(A) candidato(a) poderá conduzir, até o local de prova, após verificadas pelos membros da CAF, bebidas não alcoólicas para serem consumidas durante a realização das provas.

§ 2º - Não será permitido ao(à) candidato(a) adentrar no local de prova portando armas, gorros, chapéus, bonés, viseiras ou similares, lenços de cabelo, cachecóis, bolsas, mochilas, livros, impressos, anotações, cadernos, folhas avulsas de qualquer tipo e/ou anotações, bem como qualquer outro item diferente do listado como autorizado. Também, não lhe será permitido portar aparelhos eletro-eletrônicos, tais como máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, *walkman*, aparelhos rádio-transmissores, *palmtops*, *paggers*, receptores de mensagens, gravadores ou qualquer tipo de material que não os autorizados neste Edital.

§ 3º - A CAF poderá vetar o uso de relógios ou outros instrumentos sobre os quais sejam levantadas dúvidas quanto a possibilidades de recebimento de mensagens de qualquer natureza pelo(a) candidato(a).

§ 4º - Durante a realização da prova, não será permitido o recebimento, empréstimo ou troca de material de qualquer pessoa para candidatos(as), ou entre candidatos(as).

§ 5º - Os encarregados da aplicação da prova não se responsabilizarão pela guarda de material do(a) candidato(a), cabendo a este conduzir apenas o que for permitido para o local de prova.

Art. 17 - Da aplicação da prova.

§ 1º - A aplicação da prova será conduzida pelas Comissões de Aplicação e Fiscalização, constituídas de acordo com as Normas para as Comissões de Exame Intelectual, aprovadas pela Portaria nº 045-DECEX, de 28 de maio de 2010, e nomeadas pelos respectivos comandantes das guarnições de exame.

§ 2º - As CAF procederão conforme orientações particulares emitidas pela EsSEX, sendo-lhes vedado o empréstimo ou cessão de qualquer material ao(à) candidato(a).

§ 3º - Os(As) candidatos(as) somente poderão sair da sala onde está sendo realizado o EI após transcorridos 1 (uma) hora do início da realização da prova.

§ 4º - Durante o processo de correção e apuração da nota final do EI, as provas serão identificadas apenas por números-códigos. Somente depois de apurados os resultados é que os números-códigos serão associados aos nomes dos(as) candidatos(as).

§ 5º - Por ocasião do EI, não será permitido(a):

I - a realização da prova fora das dependências designadas anteriormente pelas OMSE para essa atividade, ainda que por motivo de força maior;

II - o acesso ao local de prova de candidata lactante conduzindo o bebê;

III - o acesso ao local de prova de candidatos(a) portadores de moléstias infecto-contagiosas, declaradas ou não;

IV - qualquer tipo de auxílio externo ao(à) candidato(a) para a realização da prova, mesmo no caso de o(a) candidato(a) estar impossibilitado de escrever.

§ 6º - Ao terminar a prova, o(a) candidato(a) deverá restituir à CAF o cartão de respostas.

§ 7º - Após transcorrida a primeira hora de realização da prova, os(as) candidatos(as) poderão ficar de posse dos cadernos de questões, conduzindo-os ao saírem dos locais de provas.

Art. 18 - Da reprovação no EI e eliminação do concurso.

§ 1º - Será considerado reprovado no EI e eliminado do concurso, o(a) candidato(a) que for enquadrado em qualquer uma das seguintes situações:

I - não obter, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da pontuação máxima prevista para cada uma das partes que compõem a prova (Conhecimentos Gerais, Conhecimentos Específicos), exceto a prova de idioma estrangeiro;

II - utilizar-se ou tentar utilizar-se de meios ilícitos para a resolução da prova (“cola”, material de uso não permitido, comunicação com outras pessoas, etc.);

III - fazer rasuras ou marcações indevidas no cartão de respostas, seja com o intuito de identificá-lo para outrem, seja por erro de preenchimento;

IV - contrariar qualquer determinação da CAF ou cometer qualquer ato de indisciplina durante a realização da prova;

V - faltar à prova ou chegar ao local de prova após o horário previsto para o fechamento dos seus portões (uma hora antes do início do tempo destinado à realização da prova do EI), ainda que por motivo de força maior;

VI - Não entregar o material da prova cuja restituição seja obrigatória (cartão de respostas) ao término do tempo destinado para a sua realização;

VII - não assinar a ficha de identificação do cartão de respostas, no local reservado para isto;

VIII - afastar-se do local de prova, durante o período de realização da mesma, portando o cartão de respostas distribuído pela CAF;

IX - preencher incorretamente, no cartão de resposta, o seu número de identificação ou nome da prova, nos campos para isso destinados, ou descumprir quaisquer outras instruções contidas no caderno de questões da prova para a sua resolução;

X - deixar de apresentar, por ocasião da realização da prova, o original do seu documento de identidade, de acordo com um dos tipos previstos no § 1º, do art. 15, deste Edital, ou apresentá-lo com adulterações.

Art. 19 - Dos gabaritos e pedidos de revisão.

§ 1º - O gabarito da prova do EI será divulgado pela EsSEx por meio da Internet, no endereço eletrônico (<http://www.essex.ensino.eb.br>), a partir de 72 (setenta e duas) horas após o seu término.

§ 2º - Os gabaritos ficarão à disposição dos(as) candidatos(as) no endereço eletrônico (<http://www.essex.ensino.eb.br>) até o término da correção da prova e do processamento dos pedidos de revisão. Se houver necessidade de retificações no gabarito, em virtude do atendimento a pedidos de revisão, as versões atualizadas do gabarito substituirão as que sofrerem alterações, ficando disponibilizadas até o encerramento do concurso de admissão.

§ 3º - O(A) candidato(a) poderá solicitar revisão da correção da prova que realizar, por meio de um “Pedido de Revisão”. O prazo máximo para encaminhá-lo é de 2 (dois) dias úteis, a contar da divulgação, pela Internet (<http://www.essex.ensino.eb.br>), do gabarito da prova. Somente será aceito o pedido que for encaminhado diretamente ao Comandante da EsSEx, por via postal, utilizando preferencialmente o SEDEX, sendo considerada, para fins de comprovação do cumprimento do prazo, a data constante do carimbo de postagem. O(A) candidato(a) deverá especificar os itens das questões a serem revistas, seguindo fielmente o modelo constante deste Manual.

§ 4º - Serão indeferidos os pedidos que forem inconsistentes, sem fundamentação ou genéricos, do tipo “solicito rever a correção”. Também não serão aceitos pedidos encaminhados via fax ou correio

eletrônico (**e-mail**), ou que não estejam redigidos com base na bibliografia indicada no Manual do(a) Candidato(a).

§ 5º - Se, dos pedidos de revisão, resultar anulação de questões e/ou itens de prova do EI, a pontuação correspondente será atribuída a todos os(as) candidatos(as), independentemente de terem recorrido ou não. Se houver alteração do gabarito divulgado, por força de impugnações, os cartões de respostas de todos os(as) candidatos(as) serão novamente corrigidos, de acordo com o gabarito retificado, a ser divulgado no endereço da EsSEx na Internet (<http://www.essex.ensino.eb.br>). Em nenhuma hipótese o total de questões e/ou itens de cada uma das partes da prova sofrerá alterações; isto é, o divisor será o correspondente ao número total inicialmente previsto de questões de cada parte.

§ 6º - Serão considerados e respondidos todos os pedidos de revisão que atenderem às exigências constantes neste edital. Os demais pedidos de revisão, que estiverem em desacordo com este edital, serão indeferidos e não serão respondidos.

§ 7º - Não é facultado ao(à) candidato(a) interpor recursos administrativos quanto à solução do pedido de revisão de prova expedida pela banca de professores.

Art. 20 - Da correção e do resultado final.

§ 1º - A correção dos exemplares da prova será realizada sem identificação nominal dos(as) candidatos(as).

§ 2º - Todos os(as) candidatos(as) terão as suas provas corrigidas por meio de processamento óptico-eletrônico.

§ 3º Na correção dos cartões de respostas, as questões ou itens serão considerados errados (e, portanto, não computados como acertos), quando ocorrerem uma ou mais das seguintes situações:

I - a resposta assinalada pelo(a) candidato(a) for diferente daquela listada como correta no gabarito;

II - o(a) candidato(a) assinalar mais de uma opção;

III - o(a) candidato(a) deixar de assinalar alguma opção;

IV - houver rasuras; e

V - a marcação das opções de respostas não estiver em conformidade com as instruções constantes da prova.

§ 4º - A Nota Final do EI (NF/EI) será expressa por um valor numérico, variável de 0 (zero) a 10 (dez), calculado, com aproximação de milésimos, pela soma das notas obtidas pelo(a) candidato(a) em cada parte da prova – Nota de Conhecimentos Gerais (NCG), Nota de Conhecimentos Específicos (NCE) e Nota de Idioma Estrangeiro (NIE) – de acordo com a seguinte fórmula:

$$NF/EI = NCG + NCE + NIE$$

Art. 21 - Da divulgação do resultado do concurso de admissão.

§ 1º - A EsSEx divulgará o resultado do concurso pela Internet – no endereço <http://www.essex.ensino.eb.br>, apresentando a relação dos(as) candidatos(as) aprovados, por áreas, especialidade ou habilitação profissional objetos do respectivo CA, com a classificação geral, que terá como base a ordem decrescente das notas finais do exame intelectual (NF/EI). Nessa relação, serão indicados os que forem abrangidos pelo número de vagas para matrícula, os incluídos na majoração (lista de reservas) e os demais aprovados, não classificados e não incluídos na lista de reservas. Em caso de empate na classificação, serão observados os critérios previstos no art. 11, deste Manual.

§ 2º - O(A) candidato(a) não será notificado diretamente pela EsSEx sobre o resultado do concurso, devendo consultar a página da Escola na Internet, no endereço eletrônico <http://www.essex.ensino.eb.br>, para obter informações a esse respeito.

§ 3º - O(A) candidato(a), após tomar ciência da inclusão do seu nome na relação divulgada pela EsSEx, deverá ligar-se com Comando da Guarnição de Exame onde realizou a prova para tomar conhecimento sobre locais, datas, horários e outras providências relacionadas às demais etapas do CA.

§ 4º - Após apurados os resultados, a EsSEx providenciará a publicação, no Diário Oficial da União (DOU), para fins de homologação, da relação dos(as) candidatos(as) aprovados no concurso, em ordem classificatória. Essa relação será encaminhada ao DECEX, por intermédio da Diretoria de Educação Superior Militar (DESMil), e aos Comandos das Guarnições de Exames, bem como divulgada no sítio daquela Escola na Internet (<http://www.essex.ensino.eb.br>), especificando: os aprovados e classificados nas vagas existentes; os aprovados e não classificados, incluídos na lista de reservas, constituindo a majoração; e os demais aprovados, não classificados e não incluídos na majoração.

§ 5º - Não serão divulgados os resultados dos(as) candidatos(as) reprovados no exame intelectual.

§ 6º - Não serão concedidas vistas às provas do EI para os(as) candidatos(as).

V. DA INSPEÇÃO DE SAÚDE

Art. 22 - Da convocação para a inspeção de saúde.

§ 1º - Serão submetidos à IS os(as) candidatos(as) relacionados como aprovados no concurso de admissão e classificados dentro do número de vagas fixadas pelo Estado-Maior do Exército (EME), bem como os aprovados e relacionados na majoração.

§ 2º - Os(As) candidatos(as) convocados realizarão a IS em locais designados pelas guarnições de exame, obedecendo rigorosamente ao prazo estipulado no Calendário Anual do CA.

Art. 23 - Da legislação sobre inspeção de saúde.

§ 1º - A IS será realizada por Juntas de Inspeção de Saúde Especial (JISE), constituídas em cada guarnição de exame, conforme determinam as Instruções Gerais para as Perícias Médicas no Exército (IGPMEX – IG 30-11), aprovadas pela Portaria do Comandante do Exército nº 566, de 13 de agosto de 2009, e as Instruções Reguladoras das Perícias Médicas no Exército (IRPMEX – IR 30-33), aprovadas pela Portaria nº 215-DGP, de 1º de setembro de 2009.

§ 2º - As causas de incapacidade física são as previstas pelas Normas para Avaliação da Incapacidade decorrentes de Doenças Especificadas em Lei pelas Juntas de Inspeção de Saúde da Marinha, do Exército, da Aeronáutica e do Hospital das Forças Armadas (Portaria do Ministro da Defesa nº 1.174, de 06 Set 06) e pelas Normas para Inspeção de Saúde dos(as) Candidatos(as) à Matrícula nos Estabelecimentos de Ensino Subordinados ao DECEX e nas Organizações Militares que Recebem Orientação Técnico-Pedagógica (Portaria nº 014-DECEX, de 09 de março de 2010, e alteradas pela Portaria nº 025-DECEX, de 26 Abr 10). As referências sobre a legislação relativa às causas de incapacidade, bem como a relação dos exames a serem realizados, constarão do Manual do(a) Candidato(a).

Art. 24 - Dos documentos e exames de responsabilidade do(a) candidato(a).

§ 1º - Por ocasião da IS, o(a) candidato(a) convocado deverá comparecer ao local determinado pela Gu Exm portando o seu documento de identificação e carteira de vacinação, caso a possua. Terá, ainda, que apresentar, obrigatoriamente, os laudos dos exames médicos complementares abaixo relacionados, com os respectivos resultados, cuja realização é de sua responsabilidade. Serão aceitos os exames datados de, no máximo, 2 (dois) meses antes do último dia previsto no Calendário Anual do CA para a realização da IS:

I - radiografia dos campos pleuro-pulmonares;

II - sorologia para Lues e HIV;

III - reação de Machado-Guerreiro;

IV - hemograma completo, tipagem sanguínea e fator RH, e coagulograma;

V - parasitologia de fezes;

VI - sumário de urina;

VII - teste ergométrico;

VIII - eletroencefalograma;

IX - radiografia panorâmica das arcadas dentárias;

X - audiometria;

- XI - sorologia para hepatite B (contendo, no mínimo, HBsAg e Anti-HBc) e hepatite C;
 - XII - exame oftalmológico;
 - XIII - glicemia em jejum;
 - XIV - uréia e creatinina;
 - XV - radiografia de coluna cervical, torácica e lombar com laudo;
 - XVI - teste de gravidez B -HCG sanguíneo (para candidatos(as) do sexo feminino); e
 - XVII - colpocitologia oncótica (para candidatos do sexo feminino).
- § 2º - O exame constante do item XVI será exigido como garantia à candidata o direito de realizar o EAF, em momento subsequente ao período gestacional, respeitadas as demais condições deste edital.

Art. 25 - Das prescrições gerais para a inspeção de saúde e recursos.

§ 1º - O candidato com deficiência visual deverá apresentar-se para a IS portando a respectiva receita médica e a correção prescrita.

§ 2º - A JISE poderá solicitar ao candidato qualquer outro exame que julgar necessário, cuja realização será, também, de responsabilidade do próprio candidato.

§ 3º - O candidato considerado “inapto” pela JISE na IS poderá requerer Inspeção de Saúde em Grau de Recurso (ISGR), dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de divulgação do resultado pela junta médica responsável. Neste caso, será orientado pelo Comando da Gu Exm ou OMSE quanto aos procedimentos cabíveis.

§ 4º - Não haverá segunda chamada para a inspeção de saúde, nem para a inspeção de saúde em grau de recurso, quando for o caso.

§ 5º - O candidato será considerado desistente e eliminado do CA se, mesmo por motivo de força maior:

I - faltar à inspeção de saúde ou à inspeção de saúde em grau de recurso, quando for o caso;

II - deixar de apresentar algum dos laudos dos exames complementares exigidos, tanto os previstos neste Edital quanto os que porventura tenham sido solicitados pela junta de inspeção de saúde, por ocasião da IS ou ISGR; ou

III - não concluir a inspeção de saúde ou a inspeção de saúde em grau de recurso, quando for o caso.

§ 6º - As atas de inspeção de saúde de todos os(as) candidatos(as), sejam eles aptos (aprovados) ou inaptos (reprovados), serão remetidas diretamente para a EsSEx, devendo 1 (uma) via ficar no arquivo do Comando da Guarnição de Exame.

§ 7º - As juntas de inspeção de saúde deverão observar rigorosamente o correto preenchimento de todos os campos constantes das atas com os resultados das inspeções, conforme as normas que tratam desse assunto, a fim de evitar possíveis dúvidas.

§ 8º - Os pareceres emitidos pela JISE ou Junta de Inspeção de Saúde de Recurso (JISR) deverão ser os seguintes:

I - “apto à matrícula em CFO/S Sau, no ano de ...(ano da matrícula)...”; ou

II - “inapto à matrícula em CFO/S Sau, no ano de ...(ano da matrícula)...”.

III - “inapto para o EAF e apto para prosseguir no PS...” (para a candidata grávida ou com filho nascido há menos de 6 (seis) meses).

§ 9º - Será considerado eliminado do CA o(a) candidato(a) que obtiver parecer “inapto” na IS ou na ISGR (se for o caso).

§ 10 - A candidata que apresentar resultado positivo no teste de gravidez ou com filho nascido há menos de 6 (seis) meses deverá receber o parecer de inapto para o EAF, podendo participar das demais etapas do CA, nesse caso, a candidata deverá requerer à sua Gu Exm, até a data de realização do EAF, o adiamento da realização do EAF, ou preencher e entregar na sua Gu Exm a declaração de desistência, conforme inciso II, do § 1º, do art. 33;

§ 11 - A candidata grávida ou com filho nascido há menos de 6 (seis) meses que não fizer a requisição do adiamento do EAF no prazo previsto no calendário do CA, ou não se declarar desistente, conforme inciso II, do § 1º, do art. 33, será considerada desistente e eliminada do CA.

§ 12 - A candidata grávida, não declarada desistente, que requerer o adiamento do EAF, deverá prosseguir no PS, atendendo às etapas subsequentes, conforme regulado neste instrumento, até se tornar apta ao adiamento da matrícula, conforme previsto no Art. 34.

§ 13 - A candidata grávida, não declarada desistente, que requerer o adiamento do EAF, ficará desobrigada de comparecer na EsSEx, na cidade do Rio de Janeiro - RJ, para revisão médica e conferência dos dados bibliográficos, conforme regulado no calendário anual do CA. Nesse caso, essa etapa será considerada atendida com a remessa das cópias autenticadas dos documentos constantes no Art. 30, até a data prevista para conferência dos documentos originais, dos dados bibliográficos; não isentando a apresentação dos originais, por ocasião de seu retorno ao CA, no ano seguinte, quando deverá estar apta a execução do EAF.

§ 14 - O adiamento do EAF, por motivo de gravidez, somente poderá ser requerido por uma única vez.

VI . DO EXAME DE APTIDÃO FÍSICA

Art. 26 - Da convocação para o exame de aptidão física.

§ 1º - Apenas os(as) candidatos(as) aprovados na IS ou na ISGR, inclusive os que forem militares, serão submetidos ao exame de aptidão física, nos locais designados por suas respectivas guarnições de exame, dentro do prazo estipulado no Calendário Anual do CA e de acordo com as condições prescritas neste capítulo.

§ 2º - As candidatas grávidas, consideradas inaptas para realização do EAF, que tiverem o seu EAF adiado a pedido, não deverão ser eliminadas por motivo de falta.

§ 3º - O(A) candidato(a) convocado para o EAF deverá apresentar-se no local designado, no início dessa etapa, portando seu Cartão de Confirmação de Inscrição e conduzindo, numa bolsa, traje esportivo (camiseta, calção ou bermuda e tênis) dentro do prazo previsto para a primeira chamada. O cumprimento desse prazo é necessário para que a comissão encarregada da aplicação do referido exame disponha de tempo suficiente para realizar a atividade com todos os convocados, dentro do prazo estipulado no Calendário Anual do CA.

Art. 27 - Das condições de execução do exame e da avaliação.

§ 1º - A aptidão física será expressa pelo conceito “APTO” (aprovado) ou “INAPTO” (reprovado), e será avaliada pela aplicação de tarefas a serem realizadas pelo(a) candidato(a) (com seu próprio traje esportivo), em movimentos sequenciais padronizados e de forma contínua, conforme as condições de execução discriminadas a seguir:

I - para o sexo masculino:

a) flexões de braços.

- posição inicial: em terreno plano, liso e, preferencialmente, na sombra, o(a) candidato(a) deverá deitar-se em decúbito ventral, apoiando o tronco e as mãos no solo, ficando as mãos ao lado do tronco com os dedos apontados para a frente e os polegares tangenciando os ombros, permitindo, assim, que as mãos fiquem com um afastamento igual à largura do ombro; após adotar a abertura padronizada dos braços, deverá erguer o tronco até que os braços fiquem estendidos, mantendo os pés unidos e apoiados sobre o solo;

- execução: o candidato deverá abaixar o tronco e as pernas ao mesmo tempo, flexionando os braços paralelamente ao corpo até que o cotovelo ultrapasse a linha das costas, ou o corpo encoste no solo. Estenderá, então, novamente, os braços, erguendo, simultaneamente, o tronco e as pernas até que os braços fiquem totalmente estendidos, quando será completada uma repetição; cada candidato deverá executar o número máximo de flexões de braços sucessivas, sem interrupção do movimento; o ritmo das flexões de braços, sem paradas, será opção do candidato e não há limite de tempo.

b) abdominal supra.

- posição inicial: o candidato deverá tomar a posição deitado em decúbito dorsal, joelhos flexionados, pés apoiados no solo, calcanhares próximos aos glúteos, braços cruzados sobre o peito, de forma que as mãos encostem no ombro oposto (mão esquerda no ombro direito e vice-versa).
- o avaliador deverá se colocar ao lado do avaliado, posicionando os dedos de sua mão espalmada, perpendicularmente, sob o tronco do mesmo a uma distância de quatro dedos de sua axila, tangenciando o limite inferior da escápula (omoplata); esta posição deverá ser mantida durante toda a realização do exercício;
- execução: o candidato deverá realizar a flexão abdominal até que as escápulas percam o contato com a mão do avaliador e retornar à posição inicial, quando será completada uma repetição, e prosseguirá executando repetições do exercício sem interrupção do movimento, em um tempo máximo de 5 (cinco) minutos; o ritmo das flexões abdominais, sem paradas, será opção do candidato.

c) corrida de 12 (doze) minutos.

- execução: partindo da posição inicial, de pé, cada candidato deverá correr ou andar a distância máxima que conseguir, no tempo de 12 minutos, podendo interromper ou modificar seu ritmo de corrida; a prova deverá ser realizada em piso duro (asfalto ou similar), e, para a marcação da distância, deverá ser utilizada uma trena de 50 (cinquenta) ou 100 (cem) metros, anteriormente aferida; é proibido acompanhar o candidato durante a tarefa, por quem quer que seja, em qualquer momento da prova; é permitida a utilização de qualquer tipo de tênis e a retirada da camisa.

d) flexão de braços em barra (sem limite de tempo).

- posição inicial: o candidato, sob a barra horizontal fixa, deverá empunhá-la com a pegada em pronação, com os dedos polegares envolvendo-a (palmas das mãos para a frente), braços totalmente estendidos; as mãos deverão permanecer com um afastamento entre si correspondente à largura dos ombros e o corpo deverá estar estático; braços totalmente estendidos; corpo suspenso, sem que os pés estejam apoiados no solo ou nas traves de sustentação da barra;
- execução: após a ordem de iniciar, o candidato deverá executar uma flexão dos braços na barra até que o queixo ultrapasse completamente a barra (estando a cabeça na posição natural, sem hiperextensão do pescoço) e, imediatamente, descer o tronco até que os cotovelos fiquem completamente estendidos (respeitando as limitações articulares individuais), quando será completada uma repetição; prosseguirá executando repetições do exercício sem interrupção do movimento; o corpo do executante não poderá, em nenhum momento, tocar o solo nem os suportes da barra;
- o ritmo das flexões de braços na barra é opção do candidato; não poderá haver qualquer tipo de impulso, nem balanço das pernas para auxiliar o movimento; a contagem de flexões será encerrada no momento em que o candidato largar a barra; o corpo do executante não poderá, em nenhum momento, tocar o solo nem os suportes da barra;

II - para o sexo feminino:

a) flexões de braços, com apoio dos joelhos

- posição inicial: em terreno plano, liso e, preferencialmente, na sombra, a candidata deverá deitar-se em decúbito ventral, apoiando o tronco e as mãos no solo, ficando as mãos ao lado do tronco com os dedos apontados para a frente e os polegares tangenciando os ombros, permitindo, assim, que as mãos fiquem com um afastamento igual à largura do ombro; após adotar a abertura padronizada dos braços, deverá erguer o tronco até que os braços fiquem estendidos, mantendo os pés e os joelhos unidos e apoiados sobre o solo.
- execução: a candidata deverá abaixar o tronco e as pernas ao mesmo tempo, flexionando os braços paralelamente ao corpo até que o cotovelo ultrapasse a linha das costas, ou o corpo encoste no solo; estenderá, então, novamente, os braços, erguendo, simultaneamente, o tronco e as pernas até que os braços fiquem totalmente estendidos, quando será completada uma repetição; cada candidata deverá executar o número máximo de flexões de braços sucessivas, sem interrupção do movimento; o ritmo das flexões de braços, sem paradas, será opção da candidata e não há limite de tempo.

b) abdominal supra

- posição inicial: a candidata deverá tomar a posição deitado em decúbito dorsal, joelhos flexionados, pés apoiados no solo, calcanhares próximos aos glúteos, braços cruzados sobre o peito, de forma que as mãos encostem no ombro oposto (mão esquerda no ombro direito e vice-versa).
- o avaliador deverá se colocar ao lado do avaliado, posicionando os dedos de sua mão espalmada, perpendicularmente, sob o tronco do mesmo a uma distância de quatro dedos de sua axila, tangenciando o limite inferior da escápula (omoplata); esta posição deverá ser mantida durante toda a realização do exercício;
- execução: a candidata deverá realizar a flexão abdominal até que as escápulas percam o contato com a mão do avaliador e retornar à posição inicial, quando será completada uma repetição, e prosseguirá executando repetições do exercício sem interrupção do movimento, em um tempo máximo de 5 (cinco) minutos; o ritmo das flexões abdominais, sem paradas, será opção da candidata.

c) corrida de 12 (doze) minutos

- execução: partindo da posição inicial, de pé, cada candidata deverá correr ou andar a distância máxima que conseguir, no tempo de 12 minutos, podendo interromper ou modificar seu ritmo de corrida; a prova deverá ser realizada em piso duro (asfalto ou similar), e, para a marcação da distância, deverá ser utilizada uma trena de 50 (cinquenta) ou 100 (cem) metros, anteriormente aferida; é proibido acompanhar a candidata durante a tarefa, por quem quer que seja, em qualquer momento da prova; é permitida a utilização de qualquer tipo de tênis.

§ 2º - As tarefas serão realizadas em dois dias consecutivos, estabelecendo-se os seguintes índices mínimos para os candidatos:

I - para o sexo masculino.

1º dia		2º dia	
número de flexões de braços	número de abdominais	corrida de 12 min	número de flexões na barra
15 (quinze)	30 (trinta)	2200 (dois mil e duzentos metros)	01 (uma)

II - para o sexo feminino.

1º dia		2º dia	
número de flexões de braços	número de abdominais	de	corrida de 12 min
10 (dez)	20 (vinte)		1.600 (um mil e seiscentos) metros

§ 3º - Durante a realização do EAF será permitido ao candidato executar até 2 (duas) tentativas para cada uma das tarefas, com intervalo entre estas de 24 (vinte e quatro) horas para descanso. Se houver recurso interposto por algum candidato quanto ao resultado obtido, este deverá ser apresentado e solucionado pela própria Comissão de Aplicação, podendo o candidato reprovado na primeira chamada solicitar, até o último dia previsto para a primeira chamada do EAF, uma nova aplicação do exame, dentro do prazo estabelecido no quadro contido no parágrafo seguinte, deste Edital, e de acordo com o Calendário Anual do CA.

I - Essa nova oportunidade para o exame (segunda chamada) será realizada por completo, isto é, com as 4 (quatro) tarefas previstas para os candidatos do sexo masculino e as 3 (três) tarefas

previstas para as candidatas do sexo feminino, nas mesmas condições de execução em que o candidato realizou a primeira chamada.

II – O(A) candidato(a) reprovado, seja na 1ª ou na 2ª chamada, tomará ciência do seu resultado registrado na respectiva ata, assinando no campo para isso destinado nesse documento.

§ 4º - O EAF será desenvolvido de acordo com o quadro a seguir e os prazos para a aplicação das tarefas constantes do Calendário Anual do CA, desde que o(a) candidato(a) seja aprovado na IS:

EAF	Período do Exame	Dias de aplicação	Tarefas
1ª chamada (a)	Conforme o previsto no Calendário Anual do CA	1º dia	- flexão de braços; e - abdominal supra.
		2º dia	- flexão de braços (b); - abdominal supra (b); - corrida; e - flexão na barra.
		3º dia	- corrida (b) e; - flexão na barra (b).
2ª chamada (c)		1º dia	- flexão de braços; e - abdominal supra.
		2º dia	- flexão de braços (b); - abdominal supra (b); - corrida; e - flexão na barra.
		3º dia	- corrida (b) e; - flexão na barra (b).

Observação:

(a) 1ª aplicação do exame, coincidente com o primeiro dia do período. As tarefas poderão ser feitas em duas tentativas, com o intervalo de 24 (vinte e quatro) horas entre elas.

(b) 2ª tentativa, se for o caso.

(c) Somente para o(a) candidato(a) que for reprovado na 1ª chamada e tiver solicitado um segundo exame em grau de recurso.

§ 5º - Tendo em vista a possibilidade de os(as) candidatos(as) solicitarem a realização de segundas tentativas ou, mesmo, de solicitarem um segundo exame em grau de recurso (segunda chamada), as Comissões de Aplicação do EAF deverão planejar a execução desta etapa, distribuindo adequadamente os(as) candidatos(as) pelos dias disponíveis e orientando-os quanto à realização do evento. Esta etapa deverá ser iniciada a partir dos primeiros dias do período estipulado no Calendário Anual do CA, conforme os prazos constantes do quadro acima, possibilitando que todos os(as) candidatos(as) previstos o realizem e o prazo final seja cumprido.

§ 6º - O(A) candidato(a) que faltar ao EAF para o qual for convocado, ou que não vier a completá-lo, isto é, que não realizar as três tarefas previstas, mesmo por motivo de força maior, será considerado desistente e eliminado do CA. No caso de estar impossibilitado de realizar os esforços físicos do EAF, ainda que por prescrição médica, o(a) candidato(a) terá oportunidade de realizar esse exame em grau de recurso, que corresponderá à 2ª chamada prevista no quadro do § 4º, deste artigo, somente dentro do prazo estipulado nesse quadro.

§ 7º - As guarnições de exame, além de publicarem os resultados nos seus respectivos boletins internos (BI), deverão remeter à EsSEx as atas contendo os resultados do EAF de todos os(as) candidatos(as), no prazo estabelecido no Calendário Anual do CA. Remeterão, também, a relação dos reprovados e faltosos.

VII. DA ETAPA FINAL DO CA E DA MATRÍCULA

Art. 28 - Das vagas destinadas aos(às) candidatos(a).

§ 1º - O EME fixa anualmente, por intermédio de portaria, o número de vagas destinadas ao CFO/S Sau. Poderá haver reversão de vagas, dentro da mesma área, para especialidades ou habilitações cujas vagas não forem completadas inicialmente, nas quais existam candidatos(as) aprovados, de acordo com critérios estabelecidos mediante portaria do DECEX e que constarão do edital de abertura do CA.

§ 2º - Não haverá vagas destinadas exclusivamente a militares, sendo constituído apenas um universo de seleção.

§ 3º - As vagas não preenchidas em qualquer especialidade ou habilitação, por falta de candidato(s) aprovado(s) e classificado(s), serão revertidas para outras, de acordo com a ordem de prioridade estabelecida neste documento, obedecendo os seguintes critérios:

I - inicialmente, a cada especialidade ou habilitação que possua sobra de candidatos aprovados que não forem classificados, será distribuída uma vaga, obedecendo à ordem de prioridade das especialidades (habilitações) estabelecida no subitem "V)", a seguir, e enquanto houver disponibilidade de vagas a serem revertidas;

II - persistindo vagas a serem revertidas, o processo será repetido até que se esgotem as vagas;

III - a(s) vaga(s) revertida(s) a uma determinada especialidade ou habilitação, de acordo com os critérios acima, contemplarão o(s) candidato(s) melhor classificado(s) no concurso, nessa especialidade;

IV - ordem de prioridade para a reversão das vagas:

As vagas revertidas (destinadas inicialmente a especialidades ou habilitações que não forem preenchidas em virtude de número insuficiente de candidatos aprovados) serão distribuídas de acordo com a seguinte ordem de prioridade para recebimento:

ÁREA DE MEDICINA: 1º Anestesiologia; 2º Pediatria; 3º Cirurgia Vascular; 4º Ginecologia e Obstetrícia; 5º Ortopedia/Traumatologia; 6º Cardiologia; 7º Radiologia; 8º Oftalmologia; 9º Medicina Intensiva; 10º Medicina Legal; 11º Infectologia; 12º Neurocirurgia; 13º Neurologia; 14º Cancerologia; 15º Endoscopia Digestiva; 16º Medicina Nuclear; 17º Nefrologia; 18º Patologia; 19º Otorrinolaringologia; 20º Psiquiatria; 21º Urologia; 22º Cirurgia Geral; 23º Hematologia e Hemoterapia; 24º Cirurgia Cardiovascular; 25º Clínica Médica.

ÁREA DE ODONTOLOGIA: 1º Cirurgia Bucomaxilofacial; 2º Dentística Restauradora; 3º Odontopediatria; 4º Prótese Dentária; 5º Ortodontia; 6º Periodontia; 7º Endodontia.

Art. 29 - Da convocação para a revisão médica.

§ 1º - Os(As) candidatos(as) convocados para a revisão médica deverão se apresentar na EsSEx portando os resultados e laudos dos mesmos exames complementares previstos no § 1º do artigo 24, deste Edital, realizados por ocasião da IS na Gu Exm.

§ 2º - A revisão médica será realizada sob a responsabilidade da Seção de Saúde da EsSEx, a fim de verificar a ocorrência de alguma alteração nas condições de saúde dos(as) candidatos(as) convocados após a inspeção realizada pelas JISE das guarnições de exame. Caso seja constatada alteração em algum(a) candidato(a), este será encaminhado à JISE designada pelo Comando Militar do Leste para este fim, a quem caberá emitir novo parecer, para fins de matrícula. O(A) candidato(a) poderá recorrer da decisão da JISE, solicitando a realização de ISGR, se assim o desejar, nas condições previstas no artigo 25, deste Edital. Após a revisão médica, os(as) candidatos(as) serão submetidos a um teste inicial de verificação de condição física, nos mesmos moldes do EAF.

Art. 30 - Da comprovação dos requisitos pelo(a) candidato(a).

§ 1º - Na data prevista pelo Calendário Anual do CA para seu comparecimento na EsSEx, o(a) candidato(a) convocado, aprovado no EI, classificado dentro do número de vagas e aprovado em

todas as etapas, mesmo que tiver sido inicialmente incluído na majoração, deverá, obrigatoriamente, apresentar os originais dos documentos citados abaixo, para comprovar seu atendimento aos requisitos para a matrícula, estabelecidos no art. 4º deste Edital:

I - originais do diploma de graduação, dos títulos de especialização, dos certificados e/ou declarações de conclusão de cursos de especialização, do certificado ou diploma de residência, ou do diploma de pós-graduação stricto sensu (mestrado ou doutorado), relativos à área objeto do concurso para a qual o(a) candidato(a) se inscreveu;

II - registro no conselho de classe respectivo (órgão regulamentador do exercício profissional);

III - carteira de identidade civil;

IV - carteira de identidade militar, para aqueles que a possuam;

V - cartão do cadastro de pessoa física (CPF);

VI - título de eleitor, com o respectivo comprovante de votação ou justificativa de falta, referente à última eleição que anteceder a data da matrícula no CFO/S Sau, realizada dentro de sua Zona e/ou Seção Eleitoral, fornecido pela Justiça Eleitoral; o comprovante poderá ser substituído por uma declaração da Justiça Eleitoral, confirmando que o(a) candidato(a) está em dia com as suas obrigações eleitorais;

VII - se candidato civil, do sexo masculino, comprovante de quitação com o Serviço Militar;

VIII - certidões negativas da Justiça Criminal do Tribunal Regional Federal, do Tribunal de Justiça do Estado, da Auditoria da Justiça Militar da União e da Auditoria da Justiça Militar Estadual;

IX - se reservista, folhas de alterações ou certidão de assentamentos militares relativas ao período de Serviço Militar, onde deverá constar, obrigatoriamente, a classificação do seu comportamento por ocasião do seu licenciamento e exclusão; ou declaração da última OM em que serviu, informando que, ao ser excluído, estava classificado, no mínimo, no comportamento “bom”;

X - se ex-aluno de estabelecimento de ensino de formação de oficiais ou praças de Força Armada ou Força Auxiliar, declaração do estabelecimento de que não foi excluído por motivos disciplinares e que estava classificado, no mínimo, no comportamento “bom”, por ocasião do seu desligamento;

XI - se militar da ativa de Força Armada ou integrante de Força Auxiliar, folhas de alterações ou certidão de assentamentos militares, relativas a todo o período de serviço, constando, no caso das praças, obrigatoriamente, a classificação do seu comportamento por ocasião da sua exclusão ou desligamento;

XII - documentos relativos à movimentação de pessoal, para os(as) candidatos(as) militares;

XIII - declaração de “nada consta” do respectivo Conselho Regional (órgão controlador do exercício profissional);

§ 2º - Os(As) candidatos(as) militares deverão ser apresentados por intermédio de DIEx/Ofícios dos respectivos Comandantes, em documento único de cada OM para a EsSEx. Toda a documentação exigida para matrícula é de responsabilidade do(a) candidato(a), que deverá conduzi-la pessoalmente.

Art. 31 - Da efetivação da matrícula.

§ 1º - De posse dos resultados do CA – concurso de admissão, inspeção de saúde, exame de aptidão física, revisão médica e comprovação dos requisitos biográficos dos(as) candidatos(as) – a EsSEx efetivará a matrícula, considerando a classificação geral dos(as) candidatos(as), as vagas fixadas pelo EME e os critérios de reversão de vagas entre especialidades ou habilitações profissionais estabelecidos no edital, objetos do respectivo CA. Serão incluídos os(as) candidatos(as) anteriormente constantes da lista de reservas (majoração) que tiverem sido chamados para recompletar vagas, abertas por desistências ou reprovações em quaisquer das etapas do CA.

§ 2º - A incompatibilidade com as atividades a serem desempenhadas pelas alunas durante o curso impedirá a matrícula de candidatas que apresentarem gravidez. Neste caso, poderá ocorrer o adiamento da matrícula, previsto no art. 34, deste Edital.

§ 3º - A matrícula será atribuição do Comandante da EsSEx, e somente será efetivada para os(as) candidatos(as) considerados habilitados – aprovados em todas as etapas do CA, classificados dentro

do número de vagas, cujos documentos comprovem seu atendimento aos requisitos exigidos, constantes do art. 4º, deste Edital.

§ 4º - A efetivação da matrícula de candidato(a) incluído na lista de reservas (majoração) e convocado pela EsSEx somente ocorrerá após a sua apresentação na respectiva Escola, dentro do prazo estabelecido por esta e desde que atendidas as demais condições exigidas para a matrícula.

Art. 32 - Dos(as) candidatos(as) inabilitados à matrícula.

§ 1º - Será considerado inabilitado à matrícula o(a) candidato(a) que:

I - não atender aos requisitos exigidos para a inscrição e matrícula, mediante a apresentação dos documentos necessários e dos laudos dos exames médicos complementares solicitados por ocasião da inspeção de saúde ou inspeção de saúde em grau de recurso, mesmo que tenha sido aprovado nas demais etapas do CA e classificado dentro do número de vagas;

II - cometer ato de indisciplina durante quaisquer das etapas do CA; neste caso, o fato será registrado em relatório consubstanciado, assinado pelo oficial da comissão encarregada de aplicar o EI ou o EAF, ou, ainda, por componentes das juntas de inspeção de saúde; esse relatório deverá ser encaminhado pela OM envolvida (Comando da Guarnição de Exame ou OMSE), diretamente ao Comando da EsSEx e permanecer anexado à documentação do CA.

III - for considerado “inapto” em nova inspeção de saúde, procedida em decorrência de alterações constatadas na revisão médica, de acordo com o previsto no artigo 29, deste Edital; neste caso, se sua incapacidade física não for definitiva e se comprovar seu atendimento a todos os demais requisitos exigidos para matrícula, pela documentação a ser apresentada, o(a) candidato(a) fará jus ao adiamento de matrícula, de acordo com as condições prescritas no artigo 34, deste Edital.

§ 2º - Ao final do período de apresentação dos documentos dos(as) candidatos(as) convocados, a EsSEx publicará em BI a relação dos(as) candidatos(as) inabilitados à matrícula.

§ 3º - Os(As) candidatos(as) inabilitados poderão solicitar à EsSEx a devolução dos documentos apresentados por ocasião do CA, até 3 (três) meses depois da publicação, no DOU, do resultado final do CA.

Art. 33 - Da desistência do CA.

§ 1º - Será considerado desistente, perdendo o direito à matrícula, o(a) candidato(a) que:

I - tiver sido convocado para a última etapa de seleção (inclusive no caso de estar relacionado na majoração) e não se apresentar na EsSEx na data estabelecida no Calendário Anual do CA;

II - declarar-se desistente, em documento próprio, por escrito, conforme modelo estabelecido pela EsSEx e divulgado no Manual do(a) Candidato(a), em qualquer data compreendida entre a efetivação de sua inscrição e o encerramento do CA; este documento, com firma reconhecida, deverá ser entregue e protocolado no Comando da Guarnição de exame ou OMSE, e remetido diretamente à EsSEx, ou, no caso de a desistência ocorrer na última etapa, ser apresentado na própria EsSEx; ou

III - tendo sido convocado e se apresentado na EsSEx para comprovar sua habilitação à matrícula, afastar-se da Escola por qualquer motivo, sem autorização, antes da efetivação da matrícula.

§ 2º - A desistência da matrícula deverá ser comunicada, no mais curto prazo, por meio de correspondência dirigida à EsSEx, a fim de agilizar a convocação dos(as) candidatos(as) reservas, quando for o caso.

§ 3º - A relação dos candidatos desistentes da matrícula será publicada em boletim interno da EsSEx.

Art. 34 - Do adiamento da matrícula.

§ 1º - O candidato habilitado terá direito a solicitar adiamento de sua matrícula, por uma única vez e por intermédio de requerimento ao Comandante da EsSEx.

§ 2º - O adiamento de matrícula poderá ser concedido pelos seguintes motivos:

I - necessidade do serviço, no caso de candidato militar;

II - necessidade de tratamento de saúde própria, desde que comprovada por Junta de Inspeção de Saúde;

III - necessidade de tratamento de saúde de dependente legal, a quem seja indispensável a assistência permanente por parte do(a) candidato(a), desde que comprovada por meio de sindicância;

IV - gravidez constatada no período da IS ou EAF até a data da matrícula desde que cumpridas com sucesso todas as demais etapas do PS, conforme regulado neste Edital; ou

V - motivos particulares, a critério do Comandante da EsSEx.

§ 3º - O(A) candidato(a) habilitado que tiver sua matrícula adiada somente poderá ser matriculado:

I - no início do 1º ano letivo imediatamente subsequente ao do adiamento;

II - se for aprovado em nova IS e em novo EAF, que deverão ser realizados nas mesmas datas previstas no calendário anual do CA do ano subsequente; e

III - se continuar atendendo aos requisitos exigidos no edital de abertura do CA para o qual se inscrevera anteriormente, haverá exceção apenas quanto ao requisito de idade, para o qual haverá tolerância caso o(a) candidato(a) tenha obtido adiamento da matrícula encontrando-se no limite máximo permitido.

§ 4º - Os requerimentos de adiamento de matrícula deverão dar entrada na EsSEx até a data estabelecida no Calendário Anual do CA, juntamente com documentação comprobatória, se for o caso.

§ 5º - O(A) candidato(a) que obtiver adiamento de matrícula deverá, impreterivelmente, no prazo de pelo menos 120 (cento e vinte) dias antes da data prevista para o início do curso do ano subsequente ao da concessão do adiamento, solicitar sua matrícula mediante requerimento encaminhado ao Comandante da EsSEx (caso deseje exercer esse direito). Caso o requerimento seja deferido, o candidato será matriculado no referido curso independentemente das vagas oferecidas para o ano seguinte.

Art. 35 - Da validade do concurso público de admissão e demais ações do CA.

§ 1º - O concurso de admissão à EsSEx (exame intelectual), regulado por este Edital, terá validade apenas para o ano ao qual se referir a inscrição, iniciando-se a partir da data de publicação deste Edital de abertura e encerrando-se na data de matrícula, ressalvados os casos de adiamento.

§ 2º - As demais ações do CA regulado por este Edital – inclusive as etapas de inspeção de saúde, exame de aptidão física e comprovação dos requisitos biográficos pelos(as) candidatos(as) – terão validade apenas para o período ao qual se referir o calendário anual específico para cada CA, constante do respectivo edital de abertura.

§ 3º - Toda a documentação relativa ao processo de inscrição e seleção permanecerá arquivada na EsSEx, de acordo com a Tabela Básica de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativo às Atividades-Meio da Administração Pública, aprovada pela Resolução nº 14-CONARQ, de 24 OUT 01, alterada pela Resolução nº 35, de 11 DEZ 12 e a Tabela de Temporalidade referente à Subclasse 080-Pessoal Militar, aprovada pela Resolução nº 21, de 4 AGO 04.

VIII. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 36 Consoante os interesses do Exército Brasileiro, após analisadas as necessidades, os(as) candidatas(as), ao concluírem o curso de formação na EsSEx, poderão ser designados e/ou autorizados a realizarem cursos de especialização (residência médica ou pós-graduação *latu sensu / scripto sensu*) em instituição de saúde militares ou civis.

Art. 37 - Das despesas para a realização do CA.

Parágrafo único - Os deslocamentos e a estada dos(as) candidatos(as) durante a realização do concurso de admissão, da IS e do EAF, deverão ser realizados por sua conta, sem ônus para a União.

ANEXO "A"

DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS MEDICINA

Especialidades	Nº de Vagas
Anestesiologia	5
Cancerologia	3
Cardiologia	10
Cirurgia Cardiovascular	2
Cirurgia Geral	10
Cirurgia Vascular	3
Clínica Médica	5
Endoscopia Digestiva	2
Ginecologia e Obstetrícia	8
Hematologia e Hemoterapia	2
Infectologia	2
Medicina Intensiva	5
Medicina Legal	2
Medicina Nuclear	1
Nefrologia	2
Neurocirurgia	2
Neurologia	3
Oftalmologia	2
Ortopedia/Traumatologia	8
Otorrinolaringologia	2
Patologia	2
Pediatria	8
Psiquiatria	2
Radiologia	2
Sem Especialidade	15
Urologia	2
TOTAL	110

FARMÁCIA

Especialidade	Nº de Vagas
Farmácia	4
Total	4

ESSEX

ODONTOLOGIA

Especialidade	Nº de Vagas
Cirurgia Bucomaxilofacial	1
Dentística Restauradora	2
Endodontia	1
Odontopediatria	1
Ortodontia	1
Periodontia	1
Prótese Dentária	1
Total	8

ANEXO "B"

RELAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES MILITARES SEDES DE EXAME (OMSE) E LOCAIS PARA A REALIZAÇÃO DO EXAME INTELECTUAL (EI)

Nº	OMSE	Local de Prova
RIO DE JANEIRO		
1	Escola de Saúde do Exército (EsSEx) Rua Francisco Manuel, nº 44, Benfica Rio de Janeiro – RJ – CEP 20911-270 Tel: (21) 3878-9410 – Fax: (21) 3878-9448	Colégio Militar do Rio de Janeiro (CMRJ) Rua Francisco Xavier, 267 – Tijuca – RJ – CEP 20550-010 Tel: (21) 2568-9222 – Fax (21) 2569-3183
SÃO PAULO		
2	Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de São Paulo (CPOR/SP) Rua Alfredo Pujol, nº 681 – Santana – São Paulo – SP – CEP: 02017-011 Tel: (11) 6977-1732 e (11) 6973-5272	Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de São Paulo (CPOR/SP) Rua Alfredo Pujol, nº 681 – Santana – São Paulo – SP – CEP:02017-011 Tel: (11) 6977-1732 e (11) 6973-5272 – Fax: (11) 6976-0268
CAMPINAS		
3	2ª Companhia de Comunicações Leve Av. Soldado Passarinho, s/nº - Fazenda Chapadão CEP: 13.066-710 – Campinas – SP Tel: (19) 3243-1466/ 0635 – Fax: (19) 3243-3650	2º Companhia de Comunicações Leve Av. Soldado Passarinho, s/nº - Fazenda Chapadão CEP: 13.066-710 – Campinas – SP Tel: (19) 3243-1466/ 0635 – Fax: (19) 3243-3650
4	PORTO ALEGRE	

N^o	OMSE	Local de Prova
	Comando da 3ª Região Militar (Cmdo 3ª RM) Rua dos Andradas 562 – Centro Porto Alegre – RS – CEP: 90029-900 (51) 3220-6255 e 3220-6358	Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA) Rua José Bonifácio, nº 363 – Bom Fim – Porto Alegre – RS – CEP: 90040-130 Tel: (51) 3219-3613 – Fax: (51) 3226-4809
	SANTA MARIA	
5	3º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado (3º GAC-AP) Rua Marechal Hermes S/N – Passo da Areia Santa Maria – RS – CEP: 97010-320 Tel: (55) 3212-3282 / 3388	3º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado (3º GAC-AP) Rua Marechal Hermes S/N – Passo da Areia Santa Maria – RS – CEP: 97010-320 Tel: (55) 3212-3282 / 3388
	BELO HORIZONTE	
6	4ª Companhia de Polícia do Exército Rua Juiz de Fora, nº 900, Bairro Barro Preto Belo Horizonte – MG – CEP: 30180-060 Tel: (31) 3508-9838	Colégio Militar de Belo Horizonte (CMBH) Av Marechal Esperidião Rosas, 400 São Francisco Belo Horizonte – MG – CEP: 31255-000 Tel: (31) 3326-4927 Fax: 3326-4902
	JUIZ DE FORA	
7	17º Batalhão Logístico Leve Rua General Deschamps, 210 Fábrica – Juiz de Fora – MG – CEP: 36080-220 Tel: (32) 3215-1929	Colégio Militar de Juiz e Fora (CMJF) Rua Juscelino Kubitschek, 5200 – Nova Era – Juiz de Fora – MG – CEP: 36087-000 Tel: (32) (32) 3692-5050
	CURITIBA	
8	27º Batalhão Logístico Rua Erasto Gaetner nº 1874 Bacacheri – Curitiba – PR Cep: 82515-000 Tel: (41) 3256-2044	Colégio Militar de Curitiba (CMC) Praça Conselheiro Tomas Coelho ,Nr 1 – Bairro Tarumã – Curitiba – PR – CEP: 82800-030 Tel: (41) 3365-4735
	FLORIANÓPOLIS	
9	Comando da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada (Cmdo 14ª Bda Inf Mtz) Rua Bocaiúva, 1858 – Centro Florianópolis – SC – CEP: 88015-530 Tel: (48) 3225-9196 / 4400	63º Batalhão de Infantaria (63º BI) Rua Gen Eurico Gaspar Dutra, 831 – Estreito Florianópolis – SC – CEP: 88070-001 Tel: (48) 3248-1965 3244-1956
	SALVADOR	
10	Comando da 6ª Região Militar (Cmdo 6ª RM) Praça Duque de Caxias, s/n Nazaré – Salvador – BA – CEP: 41040-110 Tel: (71) 3320-1814 / 1837	Escola de Formação Complementar do Exército (EsFCEEx) Rua Território do Amapá, nº 455- Pituba – Salvador – BA – CEP: 41830-540 Tel: (71) 3205-8800 / 8810
	RECIFE	
11	7º Depósito de Suprimento Av. Estilac, nº 439, Cabanga – Recife – PE CEP: 50090-450 Tel: (81) 3428-2151	Colégio Militar do Recife (CMR) Av Visconde de São Leopoldo, 198 – Engenho do Meio – Recife – PE – CEP: 50730-120 Tel: (81) 2129-6311 – Fax: (81) 2129-6279
12	BELEM	

N^o	OMSE	Local de Prova
	Comando Militar do Norte(CMN) Rua João Diogo, 458, Campina Centro – Belém – PA CEP: 66015-175 Tel: (91) 3211-3629 Fax: (91) 3211-3630	Comando da 8ª Região Militar/8ª Divisão de Exército (Cmdo 8ª RM/8ª DE) Rua João Diogo, 458, Centro – Belém – PA CEP: 66015-160 Tel: (91) 3211-3629 Fax: (91) 3211-3630
CAMPO GRANDE		
13	Comando da 9ª Região Militar (Cmdo 9ª RM) Av. Duque de Caxias, 1628 – Amambai Campo Grande – MS – CEP: 79100-900 Tel: (67) 3368-4000 / 4075	Colégio Militar de Campo Grande Av Presidente Vargas 2800 – Santa Carmélia – Campo Grande – MS – CEP: 79115-000 Tel: (67) 3368-4839
FORTALEZA		
14	Parque Regional de Manutenção da 10ª Região Militar (Pq R Mnt / 10ª RM) Av Eduardo Girão, 1533 – Fátima – Fortaleza – CE – CEP: 60415-540 Tel: (85) 3444-7563	Colégio Militar de Fortaleza (CMF) Av. Santos Dumont, s/nº - Aldeota Fortaleza – CE – CEP: 60150-160 Tel: (85) 3455-7707
BRASÍLIA		
15	Comando da 11ª Região Militar (Cmdo 11ª RM) Av. do Exército, s/n, Complexo CMP – DF – CEP: 70063-903 Tel: (61) 2035-2357	Colégio Militar de Brasília (CMB) SGAN 902/904 – Asa Norte – Brasília – DF – CEP: 70790-025 Tel: (61) 3324-1001
MANAUS		
16	7º Batalhão de Polícia do Exército Av. Coronel Teixeira nº 1944 – Compensa I Manaus-AM (92) 3671-5222	Colégio Militar de Manaus Rua José Clemente, nº 157 – Centro Manaus/AM (92) 3633-3555

OBSERVAÇÃO: OS LOCAIS DE PROVA LISTADOS ACIMA PODERÃO SER ALTERADOS.

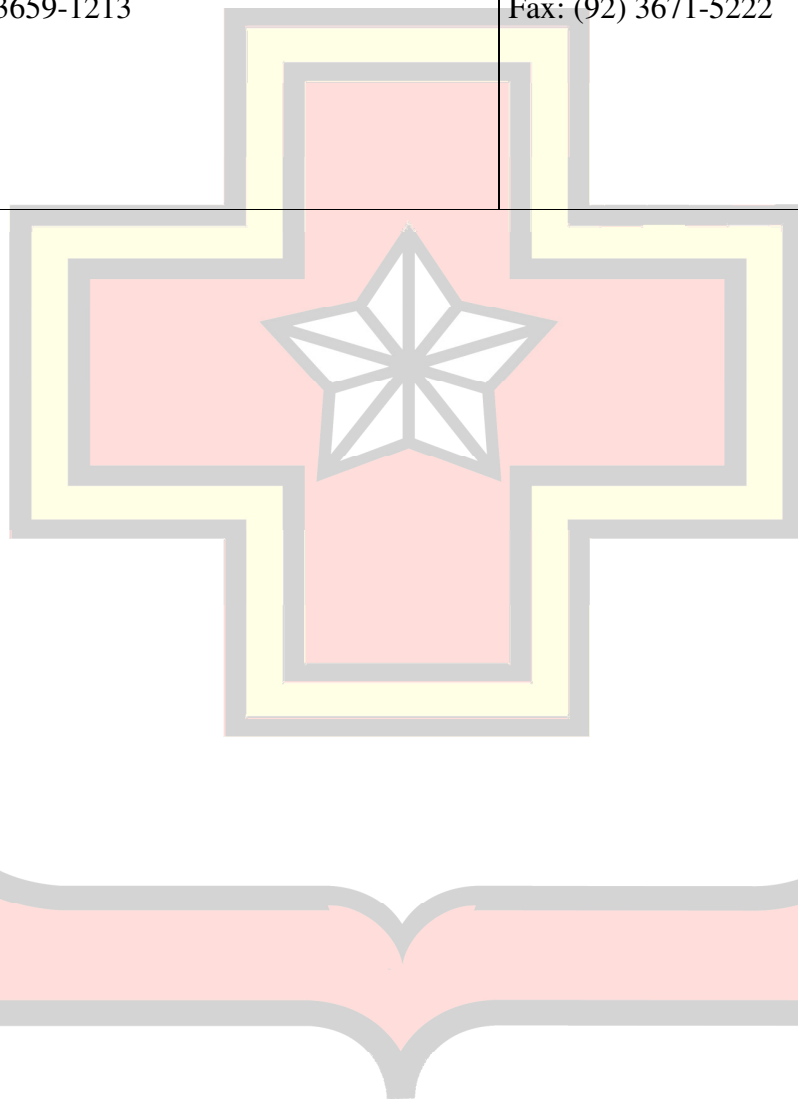
ANEXO “C”

RELAÇÃO DAS GUARNIÇÕES DE EXAME E ORGANIZAÇÕES MILITARES SEDES DE EXAME (OMSE)

Nº	Guarnição de Exame	OMSE
RIO DE JANEIRO		
1	Comando da 1ª Região Militar (Cmdo 1ª RM) Praça Duque de Caxias nº25 – Centro Rio de Janeiro – RJ – CEP 20221-260 Tel: (21) 2519-5000 – Fax: (21) 2519-5481 / 5478	Escola de Saúde do Exército (EsSEx) Rua Francisco Manuel, nº 44, Benfica Rio de Janeiro – RJ – CEP 20911-270 Tel: (21) 3878-9410 – Fax: (21) 3878-9448
SÃO PAULO		
2	Comando da 2ª Região Militar (Cmdo 2ª RM) Av. Sargento Mário Kozel Filho, nº222 - Paraíso São Paulo – SP – CEP: 04005-903 Tel: (11) 3888-5550 – Fax: (11) 3888-5454	Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de São Paulo (CPOR/SP) Rua Alfredo Pujol, nº 681 – Santana – São Paulo – SP – CEP: 02017-011 Tel: (11) 2977-1732 e (11) 2973-5055
CAMPINAS		
3	Comando da 11ª Brigada de Infantaria Leve (GLO) Av. Soldado Passarinho, s/nº - Fazenda Chapadão CEP: 13.066-710 – Campinas – SP Tel: (19) 3241-1652 Fax: (19) 3241-6343	2ª Companhia de Comunicações Leve Av. Soldado Passarinho, s/nº – Fazenda Chapadão Cep: 13066-710 Campinas – SP Tel: (19) 3243-1466 / 0635 FAX: (19) 3243-3650
PORTO ALEGRE		
4	Comando da 3ª Região Militar (Cmdo 3ª RM) Rua dos Andradas 562 – Centro Porto Alegre – RS – CEP: 90029-900 (51) 3220-6255 e 3220-6358	
SANTA MARIA		
5	Comando da 3ª Divisão de Exército (Cmdo/3ª DE) Rua Dr Bozano, 15 - Bonfim Santa Maria – RS – CEP: 97015-001 Tel: (55) 3222-5250 – Ramal 4341 e 4388	3º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado (3º GAC-AP) Rua Marechal Hermes S/N – Passo D`Areia Santa Maria – RS – CEP: 97010-320 Tel: (55) 3212-3282 / 3388
BELO HORIZONTE		
6	Comando da 4ª Região Militar/4ª Divisão de Exército (Cmdo 4ª RM/DE) Av. Raja Gabaglia 450 – Gutierrez Belo Horizonte – MG – CEP: 30380-070 Tel: (31) 3508-9614 Fax: (31) 3508-9593	Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Belo Horizonte (CPOR/BH) Av. Mal. Esperidião Rosas, nº 400 – São Francisco – Belo Horizonte – MG – CEP: 31255-000 Tel: (31) 3326-4927 / 3326-4901

Nº	Guarnição de Exame	OMSE
JUÍZ DE FORA		
7	Comando da 4ª Brigada de Infantaria Leve (Montanha) Rua Mariano Procópio, 970 Bairro: Mariano Procópio – Juiz de Fora – MG – CEP: 36035-780 Tel: (32) 3690-4800 (32) 3212-9997	4º Depósito de Suprimento Praça Presidente Antônio Carlos, S/N Centro - Juiz de Fora – MG CEP:36010-140 Tel: (32) 3215-2671
CURITIBA		
8	Comando da 5ª Região Militar/5ª Divisão de Exército (Cmdo 5ª RM/DE) Rua 31 de Março s/nº - Pinheirinho Curitiba – PR – CEP: 81150-290 Tel: (41) 3316-4867 / 4813 / 4800	27º Batalhão Logístico Rua Erasto Gaetner nº 1874 Bacacheri – Curitiba – PR Cep: 82515-000 Tel: (41) 3256-2044 Fax: (41) 3256-1652
FLORIANÓPOLIS		
9	Comando da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada (Cmdo 14ª Bda Inf Mtz) Rua Bocaiúva, 1858 – Centro Florianópolis – SC – CEP: 88015-530 Tel: (48) 3722-4452 /4400 – Fax (48) 3722-4428	63º BATALHÃO DE INFANTARIA Rua Gen Eurico Gaspar Dutra, 831 Bairro Estreito Florianópolis– SC – CEP: 88070-001 Tel: (48) 3248-1965 e 3244-1956 Fax: (48) 32441956
SALVADOR		
10	Comando da 6ª Região Militar (Cmdo 6ª RM) Praça da Mouraria s/n – Nazaré Salvador – BA – CEP: 40040-110 Tel: (71) 3320-1814 / 1837	
RECIFE		
11	Comando da 7ª Região Militar/7ª Divisão de Exército (Cmdo 7ª RM/7ª DE) Av. Visconde de São Leopoldo, 198 – Engenho do Meio - Recife – PE CEP: 50730-120 Tel: (81) 2129-6311 Fax: (81) 2129-6279	7º Depósito de Suprimento Av Estilac, nº 439, Bairro Cabanga, Recife-PE CEP: 50090-450 Tel: (81) 3428-2151
BELÉM		
12	Comando Militar do Norte (CMN) Rua João Diogo, 458, Centro – Belém – PA CEP: 66015-175 Tel: (91) 3211-3629 Fax: (91) 3211-3630	Comando da 8ª Região Militar (Cmdo 8ª RM) Rua João Diogo, Nr 458, Centro – Belém – PA CEP: 66015-175 Tel: (91) 3211-3629
CAMPO GRANDE		
13	Comando da 9ª Região Militar(Cmdo 9ª RM) Av. Duque de Caxias, 1628 – Amambai Campo Grande – MS – CEP: 79100-900 Tel: (67) 3368-4961 Fax: (67) 3368-4075	

Nº	Guarnição de Exame	OMSE
FORTALEZA		
14	Comando da 10ª Região Militar (Cmdo 10ª RM) Av Alberto Nepomuceno – s/nº - Centro Fortaleza – CE – CEP: 60051-970 Tel: (85) 3255-1642 – Fax: (85) 3255-1644	Parque Regional de Manutenção da 10ª Região Militar (Pq R Mnt / 10ª RM) Av Eduardo Girão, 1533 – Fátima – Fortaleza – CE – CEP: 60415-540 Tel: (85) 3444-7583 / 7560
BRASÍLIA		
15	Comando da 11ª Região Militar (Cmdo 11ª RM) Quartel-General do Comando Militar do Planalto, Av. do Exército, s/nº, 3ª Seção da 11ª RM, 2º andar, Setor Militar Urbano (SMU), Brasília-DF – CEP: 70630-903 Tel: (61) 2035-2357 (61) 2035-2358 – (61) 2035-2359	
MANAUS		
16	Comando da 12ª Região Militar (Cmdo 12ª RM) Av. dos Expedicionários, 6155 – Ponta Negra Manaus – AM – CEP: 69037-000 Tel: (92) 3659-1213	12ª Companhia de Guardas (12ª Cia Gda) Av. dos Expedicionários 1944, Compensa I – Manaus – AM – CEP: 69030-480 Tel: (92) 3625-5025 Fax: (92) 3671-5222



ANEXO "D"

PEDIDO DE REVISÃO DE GABARITO (MODELO)

1. IDENTIFICAÇÃO DO(A) CANDIDATO(A)	
NOME	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO	
CURSO/ESPECIALIDADE	
2. QUESITO(S) OBJETO(S) DO PEDIDO DE REVISÃO:	
(usar tantas linhas quanto for necessário)	
3. FUNDAMENTAÇÃO DA REVISÃO SOLICITADA	
(usar tantas linhas quanto for necessário)	
OBS: ENVIAR, O MAIS RÁPIDO POSSÍVEL, EXCLUSIVAMENTE VIA SEDEX, ESTE PEDIDO DE REVISÃO DE PROVA, ENDEREÇADO AO CMT DA ESCOLA DE SAÚDE DO EXÉRCITO, NO PRAZO ESTABELECIDO EM EDITAL.	4. DATA E ASSINATURA DO(A) CANDIDATO(A)

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO:

- I.** O(A) candidato(a) que se julgar prejudicado, por discordar do resultado do exame intelectual, poderá solicitar a revisão de prova, de forma fundamentada, explícita e objetiva, de acordo com o modelo de formulário acima;
- II.** Preencha com letra de forma os dados solicitados. Os pedidos de revisão preenchidos de maneira ilegível não serão apreciados;
- III.** Campo 1. Identificação do(a) Candidato(a) - Preencher, corretamente: nome, área e especialidade e o número de inscrição (verifique seu número de inscrição no cartão de confirmação da inscrição);
- IV.** Campo 2. Quesito(s) Objeto(s) do Pedido de Revisão - Enumere os itens (questões da prova) que são motivo de revisão (de 01 a 60);
- V.** Campo 3. Fundamentação da Revisão Solicitada - Apresente as razões fundamentadas do seu pedido, com base na bibliografia indicada neste Manual, citando páginas, capítulos, artigos, etc., da fonte de consulta invocada. Caso o espaço reservado para a fundamentação da solicitada não seja suficiente, anexe quantas folhas forem necessárias para sua exposição. Pedidos sem a devida fundamentação serão indeferidos;
- VI.** Campo 4. Assinatura do(a) Candidato(a) - Date e assine seu pedido de revisão;
- VII.** Prazo de Entrada - O prazo de entrada do pedido de revisão de prova é o estabelecido no Art. 3º destas Instruções. O não cumprimento desse prazo acarretará o indeferimento do pedido de revisão. Para garantir o seu direito à revisão, não perca tempo; assim que souber do gabarito da prova, encaminhe preferencialmente via SEDEX, para a Escola de Saúde do Exército, o seu pedido de revisão de prova; e
- VIII.** Não é facultado ao(à) candidato(a) interpor recursos contra a solução do pedido de revisão de prova expedido pela banca de professores da EsSEx.

AS CAUSAS DE INCAPACIDADE FÍSICA PARA MATRÍCULA

Constituem causas de incapacidade para a matrícula:**1. Para ambos os sexos:**

- a. As doenças que motivam a isenção definitiva dos conscritos para o Serviço Militar das Forças Armadas – Anexo II às IGISC (aprovadas pelo Decreto no 60.822, de 07 Jun 67, com as modificações dos Decretos no 63.078, de 05 Ago 68 e no 703 de 22 Dez 92), no que couber.
- b. Peso desproporcional à altura, tomando-se por base a diferença de mais de 10 entre a altura (número de centímetros acima de 1m) e o peso (em quilogramas), para candidatos com altura inferior a 1,75m e de mais de 15 para os candidatos de altura igual ou superior a 1,75m. Estas diferenças, entretanto, por si só, não constituem em elemento decisivo para a JIS, a qual as analisará em relação ao biotipo e outros parâmetros do exame físico, tais como: massa muscular, constituição óssea, perímetro torácico, etc.
- c. Reações sorológicas positivas para sífilis, doença de Chagas, sempre que, afastadas as demais causas da positividade, confirmem a existência daquelas doenças.
- d. Taxa glicêmica anormal.
- e. Campos pleuro-pulmonares anormais, inclusive os que apresentarem vestígios de lesões graves anteriores.
- f. Hérnias, qualquer que seja sua sede ou volume.
- g. Albuminúria ou glicosúria persistentes.
- h. Audibilidade inferior a 35 decibéis ISO, nas frequências de 250 a 6000 C/S, em ambos os ouvidos. Na impossibilidade da audiometria, não percepção da voz cochichada à distância de 5m, em ambos os ouvidos.
- i. Doenças contagiosas crônicas da pele.
- j. Cicatrizes que, por sua natureza e sede, possam, em face de exercícios peculiares à Escola, vir a motivar qualquer perturbação funcional ou ulcerar-se.
- k. Ausência ou atrofia de músculos, quaisquer que sejam as causas.
- l. Imperfeita mobilidade funcional das articulações e, bem assim, quaisquer vestígios anatômicos e funcionais de lesões ósseas ou articulares anteriores.
- m. Hipertrofia média ou acentuada da tireóide, associada ou não aos sinais clínicos de hipertireoidismo.
- n. Anemia com homoglobinometria inferior a 12g/dl.
- o. Varizes acentuadas de membros inferiores.
- p. Acuidade visual menor que 0,3 (20/67), em ambos os olhos, sem correção, utilizando-se a escola de Snellen, desde que, com a melhor correção possível, através de uso de lentes corretoras ou realização de cirurgias refrativas, não se atinja índices de visão igual a 20/30 em ambos os olhos, tolerando-se os seguintes índices: 20/50 em um olho, quando a visão no outro for igual a 20/20; 20/40 em um olho, quando a visão no outro for igual a 20/22; e 20/33 em um olho, quando a visão no outro for igual a 20/25; a visão monocular, com a melhor correção possível, será sempre incapacitante.

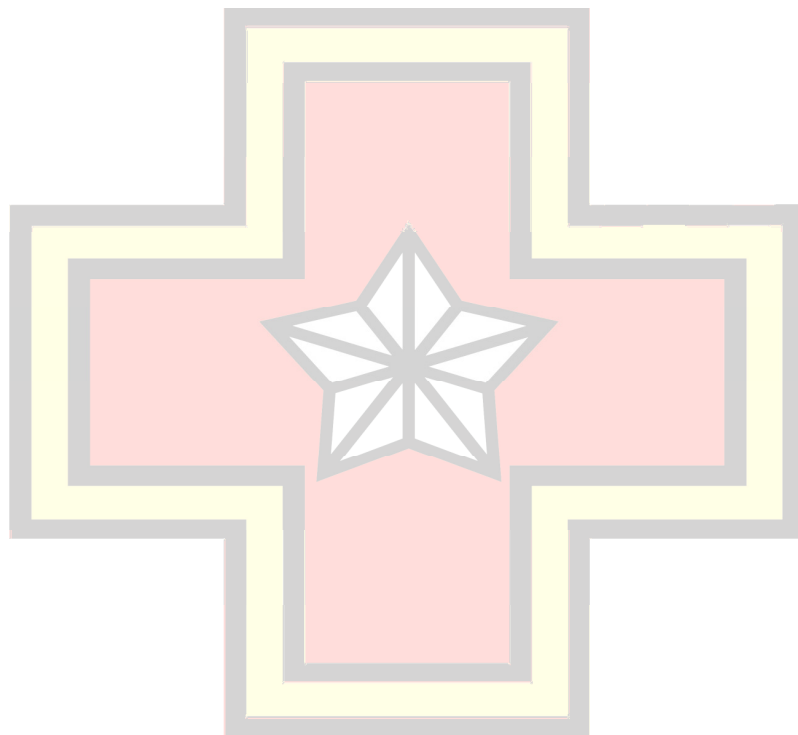
2. Para candidatos do sexo masculino

- a. Altura inferior a 1,60m (um metro e sessenta centímetros).
- b. Hidrocele.

3. Para candidatas do sexo feminino:

- a. Altura inferior a 1,55m (um metro e cinquenta e cinco centímetros).
- b. As seguintes condições gineco-obstétricas:
 - displasias mamárias;
 - gigantomastia;
 - neoplastias malignas de mama;
 - ooforites;
 - salpingites;
 - parametrites;
 - doença inflamatória pélvica crônica;

- sangramento genital anormal rebelde ao tratamento;
- endometriose;
- dismenorréia secundária;
- doença trofoblástica;
- prolapso genital;
- fístulas do trato genital feminino;
- anomalias congênitas dos órgãos genitais externos;
- neoplasias malignas dos órgãos genitais externos e internos;
- outras afecções ginecológicas, que determinem perturbações funcionais incompatíveis com o desempenho das atividades militares; e
- gravidez em qualquer fase (toda candidata deverá realizar o teste de gravidez β HCG sanguíneo, salvo nos casos em que for possível o diagnóstico clínico de certeza).



ANEXO "F"

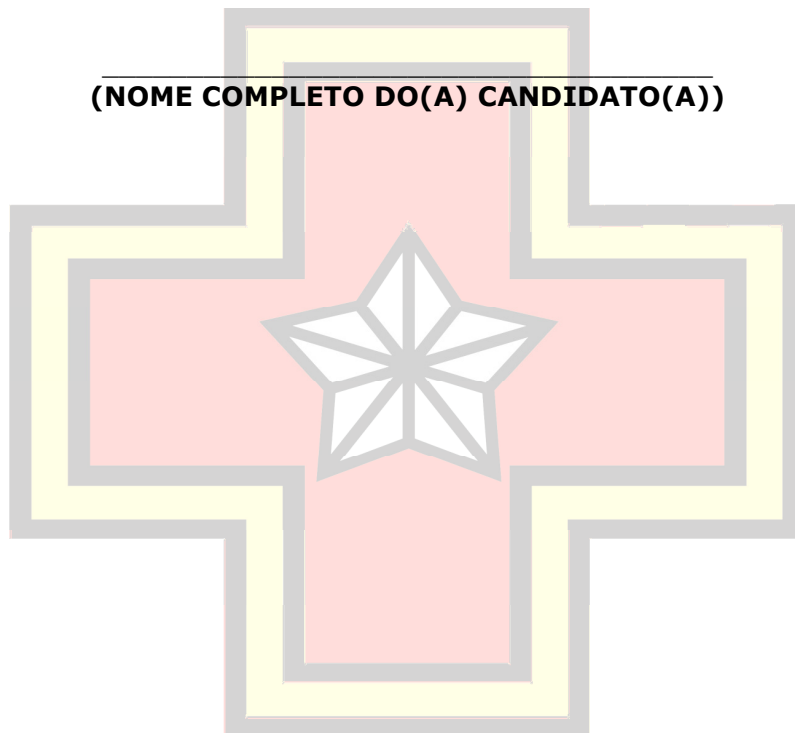
"MODELO DE DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA DE MATRÍCULA"

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA DE MATRÍCULA

Declaro para fins de comprovação junto à Escola de Saúde do Exército que eu, (NOME COMPLETO DO CANDIDATO), (IDENTIDADE), (Nº DE INSCRIÇÃO), classificado em (ESPECIFICAR A CLASSIFICAÇÃO OBTIDA DENTRO DA ÁREA/ESPECIALIDADE) do CA/2015 ao CFO/S Sau 2016, desisto, em caráter irrevogável, de minha matrícula no Curso de Formação de Oficiais do Serviço de Saúde do Exército.

(LOCAL e DATA).

(NOME COMPLETO DO(A) CANDIDATO(A))



"MODELO DO REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE TAXA"**REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE TAXA**

Eu, (NOME COMPLETO DO(A) CANDIDATO(A) SEM ABREVIACÕES), (NIS - NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO SOCIAL), (DATA DE NASCIMENTO), (SEXO), (IDENTIDADE, DATA DE EMISSÃO E SIGLA DO ORGÃO EMISSOR), (CPF), (FILIAÇÃO SEM ABREVIACÕES), Declaro para fins de isenção de taxa de inscrição no Concurso de Admissão 2015 para matrícula no Curso de Formação de Oficiais 2016 que atendo os requisitos do artigo 7º do edital do concurso supracitado e estou ciente que a declaração falsa sujeitará sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único, do artigo 10, do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979.

(LOCAL e DATA).

(NOME COMPLETO DO(A) CANDIDATO(A))

"MODELO DO REQUERIMENTO DE ADIAMENTO DE MATRÍCULA PARA CANDIDATAS GRÁVIDAS"

REQUERIMENTO DE ADIAMENTO DE MATRÍCULA
(ANEXAR EXAME E/OU LAUDO COMPROVANDO A GRAVIDEZ)

EsSEEx

_____, de _____ 2016.

(Local)

(Data)

REQUERIMENTO

Do(a) Sr(a) _____

Ao Sr Comandante da Escola de Saúde do Exército

Objeto: Adiamento de Matrícula no Curso de Formação de Oficiais 2016

1. Eu _____, identidade _____, filho(a) de _____ e _____, aprovado(a) no Concurso de Admissão 2015 para o Curso de Formação de Oficiais 2016, venho requerer **Adiamento de Matrícula**. Para tal encaminhá-los, em anexo, os seguintes documentos comprobatórios de minha condição atual:

2. Tal solicitação encontra amparo no Art. 50 § 1º do Regulamento da Escola de Saúde do Exército - R/111, e no Art. 34 § 1º e 2º do Edital do Concurso, publicado no DOU nº 126 de 6 Jul 15.

3. É a primeira vez que requer.

assinatura

DESPACHO:

1. DEFERIDO: De acordo com o Art. 50 §1º do Regulamento da Escola de Saúde do Exército - R/111.
 2. Seja adiada a matrícula do(a) referido(a) candidato(a), no CFO/Sau 2016.
 3. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.
- Em ____/____/2015.

JOSÉ OITICICA MOREIRA – Cel
Cmt EsSEEx

ANEXO "I"

BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE MEDICINA

I .Conhecimentos Gerais:

BEREK, Novak. **Tratado de Ginecologia**. 14. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

BRAUNWALD, Eugene. et al. (Ed). **Tratado de Cardiologia** ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. 2 Vol.

GOLDMAN, Lee.et al.**Tratado de Medicina Interna**. 23. ed. Rio de Janeiro: Elsevier. 2009.

KASPER, Dennis L. et al. **Harrison: Medicina Interna** 17. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill Interamericana do Brasil, 2013. 2 vol.

LOPES, Fábio Ancona. et al. **Tratado de Pediatria da Sociedade Brasileira de Pediatria**. 2. ed.Barueri: Editora Manole, 2009.

MEDRONHO, Roberto A. et al. **Epidemiologia** 2ª. Ed. Atheneu, 2008.

REZENDE, J. **Obstetrícia Fundamental**. 12. ed.Rio de Janeiro: Guanabara Koogan,2013.

TOWNSEND, C. M. et al. **Sabiston: Tratado de Cirurgia**. 18. ed.Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

II. Conhecimentos Específicos.

1. Anestesiologia

Bibliografia:

AEHLERT, Barbara. **ACLS Suporte Avançado de vida em Cardiologia: emergências em Cardiologia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mosby Elsevier, 2013.

BARASH, P. G.; CULLEN, B. F. **Anestesia Clínica**. 6. ed. Barueri: Editora Manole, 2010.

CANGIANI, L. M. et al.(Ed.). **Tratado de Anestesiologia – SAESP**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Atheneu, 2011. 2 vol.

CARNEIRO, Antonio Fernando. et al. (Ed.). **Anestesia Regional:princípios e prática**. Barueri: Editora Manole, 2010.

GOODMAN, Louis Sanford; GILMAN, Alfred. **As Bases Farmacológicas da Terapêutica**. 11. ed. Porto Alegre: Editora Mc Graw Hill; Artmed, 2010.

KASPER, Dennis L. et al. **Harrison: Medicina Interna** 18. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill Interamericana do Brasil, 2013. 2 vol

MILLER, Ronald D. et al. (Ed.).**Miller's Anesthesia**.7th. Philadelphia: Churchill Livingstone, 2010.

MORGAN, G. E. **Clinical Anesthesiology**. McGraw-Hill Education, 2006.

TANAKA, Pedro Paulo. **Título Superior em Anestesiologia. Tópicos Essenciais**. Curitiba,2014.

2. Cancerologia

Bibliografia:

BUZAID, Antônio Carlos. et al. **Manual prático de Oncologia Clínica do Hospital Sírio Libanês**. 4. ed. São Paulo: Dendrix Edição e Design Ltda, 2010.

BUZAID, Carlos A. et al. (Ed.) **Manual de Oncologia Clínica do Brasil**. 11. ed. São Paulo: Dendrix Edição e Design Ltda, 2013.

DEVITA JR., Vicent T. et al. (Ed.). **Cancer: principles and practice of Oncology**. 8th. New York: WoltersKluwer Health; *Lippincott Williams & Wilkins*, 2008.

HOFF, Paulo Marcelo Gehm. (Ed.). **Tratado de Oncologia**. Rio de Janeiro: Editora Atheneu, 2013.

KASPER, Dennis L. et al. **Harrison: Medicina Interna** 18. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill Interamericana do Brasil, 2013. 2 vol

MALUF, Fernando Cotait. et al. **Câncer do Sistema Nervoso Central: tratamento multidisciplinar**. São Paulo: Dendrix Edição e Design Ltda, 2009.

NATIONAL Comprehensive Cancer Network: your best resource in the fight against Cancer. Ano da edição utilizada: NCCN Guidelines Version 2.2014. Disponível em: <www.nccn.org>.

=====

3. Cardiologia

Bibliografia:

BRAUNWALD, Eugene. et al. (Ed.). **Tratado de Doenças Cardiovasculares**. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. 2 vol.

DIRETRIZES da Sociedade Brasileira de Cardiologia 2010 a 2014. Disponível em: <www.sbc.org.br>.

KASPER, Dennis L. et al. **Harrison: Medicina Interna** 18. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill Interamericana do Brasil, 2013. 2 vol

PAOLA, Angelo A. V. de. et al. (Ed.). **Cardiologia: livro-texto da Sociedade Brasileira de Cardiologia**. Barueri: Editora Manole, 2012.

SERRANO JR, Carlos V. et al. (Ed.). **Tratado de Cardiologia da SOCESP**. 2. ed. Barueri: Editora Manole, 2009. 2 vol.

=====

4. Cirurgia Cardiovascular

Bibliografia:

BACAL, Fernando. et al. II Diretriz Brasileira de Transplante Cardíaco. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, São Paulo, v. 94, n. 1, suppl1, p. e16-73, 2009.

BARRAT-BOYES, Kirklin. **Cardiac Surgery**. 4. ed. Elsevier, 2012.

BONOW, Roberto. **Braunwald: Tratado de Doenças Cardiovasculares**. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

CANEO, L. F. **Conduas na ECMO. Pipelines in Extracorporeal Membrane Oxygenation**: Oliveira SA (Artmed 2004).

GUALANDRO D. M. et al. Atualização e Enfoque em Operações Vasculares Arteriais da II Diretriz de Avaliação Perioperatória da Sociedade Brasileira de Cardiologia / Sociedade

Brasileira de Angiologia e Cirurgia Vascular. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 101, n. 4, supl. 2, p. 1-32, 2013.

GONZALES M. M. et al. I Diretriz de Ressuscitação Cardiopulmonar e Cuidados Cardiovasculares de Emergência da Sociedade Brasileira de Cardiologia. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 101, n. 2, supl. 3, ago 2013.

KASPER, Dennis L. et al. **Harrison: Medicina Interna** 18. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill Interamericana do Brasil, 2013. 2 vol

MARTINELLI FILHO, Martino.(Ed.). Diretrizes Brasileiras de Dispositivos Cardíacos Eletrônicos Implantáveis. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, São Paulo, v. 89, n. 6, p. e210-238, dec. 2007.

MONTERA M. W. et al. I Diretriz Brasileira de Miocardites e Pericardites. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 100, n. 4, supl. 1, p 1-36, 2013.

NICOLAU, José Carlos. (Ed.). Diretrizes da Sociedade Brasileira de Cardiologia sobre Angina Instável e Infarto Agudo do Miocárdio sem Supradesnível de ST. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, São Paulo, v. 89, n. 4, p. e89-131, 2007.

PIEGAS, L. S. et al. IV Diretrizes da Sociedade Brasileira de Cardiologia sobre Tratamento do Infarto Agudo do Miocárdio com Supradesnível de ST. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 93, n. 6, supl. 2, p. e179-264, 2009.

TARASOUTCHI, F. et al. Diretriz Brasileira de Valvopatias – SBC 2011 / I Diretriz Interamericana de Valvopatias – SIAC 2011. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, São Paulo, v. 97, n. 5, supl. 1, p. 1-67, 2011.

=====

5. Cirurgia Geral

Bibliografia:

FERREIRA, Lydia Masako, et al. Guia de Cirurgia: Urgências e Emergências (UNIFESP), Editora Manole, 2011.

FRANKLIN, Reginaldo. **Perguntas e Respostas Comentadas de Cirurgia Geral**. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2005.

KASPER, Dennis L. et al. **Harrison: Medicina Interna** 18. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill Interamericana do Brasil, 2013. 2 vol

SAAD JR., R. et al. **Tratado de Cirurgia do CBC**. Rio de Janeiro: Editora Atheneu, 2011.

TOWNSEND, M. C. et al. **Tratado de Cirurgia**. 19. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

=====

6. Cirurgia Vascular

Bibliografia:

BRITO, Carlos José de. **Cirurgia Vascular: Angiologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Revinter, 2008.

KASPER, Dennis L. et al. **Harrison: Medicina Interna** 18. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill Interamericana do Brasil, 2013. 2 vol

MAFFEI, Francisco H. de A. et al. **Doenças Vasculares Periféricas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ANGIOLOGIA E CIRURGIA VASCULAR. Projeto Diretrizes da Associação Médica Brasileira e Conselho Federal de Medicina. Disponível em: <http://www.projetodiretrizes.org.br/novas_diretrizes_sociedades.php>.

PELLERITO, John.et al.**Introdução à Ultra-Sonografia Vascular**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

RUTHERFORD, Robert B.**Cirurgia Vascular**.6. ed.Rio de Janeiro: Di Livros, 2007. 2 vol.

=====

7. Clínica Médica

Bibliografia:

GOLDMAN, Lee. et. Al.**Cecil**:Tratado de Medicina Interna. 23. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

KASPER, Dennis L. et al. **Harrison**: Medicina Interna 18. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill Interamericana do Brasil, 2013. 2 vol

LOPES, Antonio Carlos.**Tratado de Clínica Médica**. 2. ed. São Paulo: Editora Roca, 2009.3 vol.

LOPES, Antonio Carlos. et. al. (Org.). **Proclim**: Programa de Atualização em Clínica Médica. Porto Alegre: Artmed, 2014.

MEDRONHO, Roberto A. et al. Epidemiologia 2ª. Ed. Atheneu, 2008.

PAPADAKIS, Maxine A. et al. Current Medicina: Diagnóstico e Tratamento. 7ª ed. Editora Mc Graw-Hill, 2013.

SAAD, Mario J. A. et al.**Endocrinologia**. Rio de Janeiro: EditoraAtheneu, 2007.

TOWNSEND, C. M. et al. Sabiston: Tratado de Cirurgia. 18. ed.Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

=====

8. Endoscopia Digestiva

Bibliografia:

AVERBACH, Marcelo.et al. **Endoscopia Digestiva**: diagnóstico e tratamento. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Revinter, 2013.

AVERBACH, Marcelo.et al. **Endoscopia Digestiva Diagnóstica e Terapêutica**.Rio de Janeiro: Livraria e Editora Revinter, 2012.

AVERBACH, Marcelo.et al. **Atlas de Endoscopia Digestiva da SOBED**. 6. ed.Rio de Janeiro: Livraria e Editora Revinter, 2011.

ARDENGH, José Celso. **Ecoendoscopia na Prática da Gastroenterologia**. São Paulo: Editora Sarvier, 2007.

KASPER, Dennis L. et al. **Harrison**: Medicina Interna 18. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill Interamericana do Brasil, 2013. 2 vol

SOBED. **Endoscopia Gastrointestinal Terapêutica**. São Paulo: Editora Tecmed, 2006.

=====

9. Ginecologia e Obstetrícia

Bibliografia:

BEREK, Jonathan S. et al.**Tratado de Ginecologia**. 14. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Kogan, 2008.

CAVALCANTI, Ricardo. et al. **Tratado Clínico das Inadequações Sexuais**. São Paulo: Editora Roca, 2012.

CUNNINGHAM, F. Gary. et al. **Obstetrícia de Willians**. 20. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

FREITAS F. et al. **Rotinas em Ginecologia**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

KASPER, Dennis L. et al. **Harrison: Medicina Interna** 18. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill Interamericana do Brasil, 2013. 2 vol

REZENDE, Jorge de. **Obstetrícia Fundamental**. 12. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

URBANETZ, Almir Antonio. et al. **PROAGO: Programa de Atualização em Ginecologia e Obstetrícia**. Porto Alegre: Artmed, 2012.

ZUGAIB, Marcelo. **Obstetrícia**. 2. ed. Barueri: Editora Manole, 2012.

=====

10. Hematologia e Hemoterapia

Bibliografia:

BORDIN, J. O. et al. **Hemoterapia: Fundamentos e Práticas**. Rio de Janeiro: Editora Atheneu, 2007.

HARMENING, Denise M. **Técnicas Modernas em Banco de Sangue e Transfusão**. Rio de Janeiro: Revinter.

HOFFMAN, Ronald. **Hematology Basic Principles and Practices**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

KASPER, Dennis L. et al. **Harrison: Medicina Interna** 18. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill Interamericana do Brasil, 2013. 2 vol.

LEWIS, S.M. et al. **Hematologia Prática de Dacie e Lewis**. 9. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

LICHTMAN, Marshall A. **Williams Hematology**. 7th. New York: McGraw-Hill Companies, 2006.

LORENZI, T. F. **Manual de Hematologia Propedêutica e Clínica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

ZAGO, M.A. et al. **Hematologia: fundamentos e práticas**. Rio de Janeiro: Editora Atheneu, 2004.

=====

11. Infectologia

Bibliografia:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Dengue: Diagnóstico e Manejo Clínico (Adulto e Criança)**. 4. ed, Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Doenças infecciosas e parasitárias: guia de bolso**. 8. ed. rev. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2010.

GILBERT, David N. et al. **Guia Sanford para Terapia Antimicrobiana**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

KASPER, Dennis L. et al. **Harrison: Medicina Interna** 18. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill Interamericana do Brasil, 2013. 2 vol

MEDRONHO, R. A. et al. **Epidemiologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Atheneu, 2008.

VERONESI, Ricardo. et al. **Tratado de Infectologia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Atheneu, 2010. 2 vol.

=====

12. Medicina Intensiva

Bibliografia:

AZEVEDO, Luciano C. Pontes. et al. **Medicina Intensiva: abordagem Prática**. Barueri: Editora Manole, 2013.

IRWIN, Richard S. et al. **Terapia Intensiva**. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

JAPIASSÚ, André Miguel. et al. **Programa UTI Beira do Leito: procedimentos operacionais em Medicina Intensiva Adulto**. Rio de Janeiro: Editora Atheneu, 2012.

KASPER, Dennis L. et al. **Harrison: Medicina Interna** 18. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill Interamericana do Brasil, 2013. 2 vol

KNOBEL, E. **Condutas no Paciente Grave**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Atheneu, 2006.

LUCIANO, César Pontes. et al. **Medicina Intensiva: baseada em evidências**. Rio de Janeiro: Editora Atheneu, 2009.

ORLANDO, José M. Costa. et al. **AMIB: questões e respostas comentadas da Prova do Título de Especialista**. Rio de Janeiro: Editora Atheneu, [2008].

SCHETTINO, Guilherme. et al. **Paciente Crítico. Diagnóstico e Tratamento**. Hospital Sírio Libanês. 2ª. ed. Manole, 2012.

=====

13. Medicina Legal

Bibliografia:

FRANÇA, Genival Veloso de. **Medicina Legal**. 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

HERCULES, Hygino de Carvalho. **Medicina Legal: texto e atlas**. Rio de Janeiro: Editora Atheneu, 2008.

KASPER, Dennis L. et al. **Harrison: Medicina Interna** 18. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill Interamericana do Brasil, 2013. 2 vol

14. Medicina Nuclear

Bibliografia:

HIRONAKA, F. H.; SAPIENZA, M. T.; ONO, C. R.; LIMA, M. S.; BUCHPIGUEL, C. A. **Medicina Nuclear. Princípios e Aplicações**. São Paulo, Atheneu, 2012.

HIRONAKA, F. H.; SAPIENZA, M. T.; ONO, C. R.; LIMA, M. S.; BUCHPIGUEL, C. A. **Medicina Nuclear. Princípios e Aplicações**. São Paulo, Atheneu, 2012.

RAMOS; SOARES JR. **PET E PET/CT EM ONCOLOGIA**. São Paulo: Atheneu, 2011.

THRALL, J.H. , ZIESMANN. **Medicina Nuclear**. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

TOM; SMANIO. **Medicina Nuclear em Cardiologia da Metodologia à Clínica**. São Paulo: Atheneu, 2007.

15. Nefrologia

Bibliografia:

CRUZ, Jenner. et al. (Org.). **Atualidades em Nefrologia**. São Paulo: Editora Sarvier, 2010.

HOMSI, Eduardo. et al. **Injúria Renal Aguda no paciente crítico**. Rio de Janeiro: Editora Atheneu, 2010.

HRICIK, Donald E. et al. **Segredos em Nefrologia**. Porto Alegre: Artmed, 2012.

KASPER, Dennis L. et al. **Harrison: Medicina Interna** 18. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill Interamericana do Brasil, 2013. 2 vol

KIRSZTAJN, Gianna M. **Glomerulopatias: manual prático: uso diário ambulatorial e hospitalar**. São Paulo: Livraria Balieiro, 2011.

RIELLA, Miguel Carlos. **Princípios de Nefrologia e Distúrbios Hidroeletrólíticos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

=====

16. Neurocirurgia

Bibliografia:

BRAGA, Fernando M. et al. **Guia de Medicina Ambulatorial e Hospitalar**. São Paulo: UNIFESP, 2005.

GREENBERG, Mark S. **Manual de Neurocirurgia**. 7.ed. Porto Alegre: Editora Artmed, 2013.

GREENBERG, Mark S. **Handbook of Neurosurgery**. [S.l]: Thieme, 2006.

KASPER, Dennis L. et al. **Harrison: Medicina Interna** 18. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill Interamericana do Brasil, 2013. 2 vol

OLIVEIRA, Ricardo S. et al. **Neurocirurgia Pediátrica: fundamentos e estratégias**. Rio de Janeiro: Di Livros, 2009.

WINN, H. Richard. **Youmans Neurological Surgery**. 5.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 4 vol.

=====

17. Neurologia

Bibliografia:

BRASIL NETO, Joaquim Pereira. et al. **Tratado de Neurologia da Academia Brasileira de Neurologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

CAMPBELL, William W. **DeJong: o Exame Neurológico**. 6.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

CHAVES, Márcia L.F. et al. (Org.). **Rotinas em Neurologia e Neurocirurgia**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FROTSCHER, M. et al. **Diagnóstico Topográfico em Neurologia: anatomia, fisiologia, sinais, sintomas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

KASPER, Dennis L. et al. **Harrison: Medicina Interna** 18. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill Interamericana do Brasil, 2013. 2 vol

MACHADO, Ângelo. **Neuroanatomia Funcional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Atheneu, 2003.

=====

18. Oftalmologia

Bibliografia:

BICAS, Harley E. A. et al. **Estrabismo**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, [2013 ou 2014]. (Coleção CBO, Série Oftalmologia).

DANTAS, Adalmir M. **Anatomia do Aparelho Visual**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, [2013 ou 2014]. (Coleção CBO, Série Oftalmologia).

KANSKI, Jack J. et al. **Oftalmologia Clínica**. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

KASPER, Dennis L. et al. **Harrison: Medicina Interna** 18. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill Interamericana do Brasil, 2013. 2 vol

MORIZOT, Eduardo. **Retinopatia Diabética**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

YANNUZZI, Lawrence A. **Atlas de Retina**. Rio de Janeiro: Elsevier. 2011.

=====

19. Ortopedia / Traumatologia

Bibliografia:

BUCHOLZ, Robert W. et al. *Rockwood e Green: Fraturas em adultos*. Barueri: Editora Manole, 2013.

CANALE, S. **Cirurgia Ortopédica de Campbell**. 10. ed. Barueri: Editora Manole, 2007.

HERBERT, Sízínio. et al. **Ortopedia e Traumatologia: princípios e prática**. 4. ed. São Paulo: Editora Artmed, 2009.

KASPER, Dennis L. et al. **Harrison: Medicina Interna** 18. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill Interamericana do Brasil, 2013. 2 vol

PARDINI JUNIOR, Arlindo Gomes. et al. **Traumatismos da mão**. 4. ed. Rio de Janeiro: Medbook, 2008.

REIS, Fernando. **Fraturas**. 2. ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2007.

=====

20. Otorrinolaringologia

Bibliografia:

BITTAR, Roseli S. Moreira. et al. *Decifrando a tontura*. São Paulo: Editora Segmento, 2008.

COSTA, Sady S. et al. **PRO-ORL: Programa de Atualização em Otorrinolaringologia**. Ciclo 7, vol. 1, 2013.

GANANÇA, Fernando F. et al. **Manual de Otorrinolaringologia e Cirurgia de Cabeça e Pescoço**. 2. ed. Barueri: Editora Manole, 2011.

KASPER, Dennis L. et al. **Harrison: Medicina Interna** 18. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill Interamericana do Brasil, 2013. 2 vol

SILVIO, Caldas Neto. et al. **Tratado de Otorrinolaringologia e Cirurgia Cervicofacial**. São Paulo: Editora Roca, 2011.

=====

21. Patologia

Bibliografia:

ABBAS, Abul K. et al. **Robbins & Cotran: bases patológicas das doenças**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

BACCHI, C. E. et al. **Manual de Padronização de Laudos Histopatológicos**. Sociedade Brasileira de Patologia. 3.ed. São Paulo: Reichmann & Autores Editores, 2014.

BOGLIOLO, L. et al. **Bogliolo Patologia**. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

KASPER, Dennis L. et al. **Harrison: Medicina Interna** 18. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill Interamericana do Brasil, 2013. 2 vol

22. Pediatria

Bibliografia:

BEHRMAN, Richard E. et al. **Tratado de Pediatria**. 18. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

KASPER, Dennis L. et al. **Harrison: Medicina Interna** 18. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill Interamericana do Brasil, 2013. 2 vol

LOPES, F. A. et al. **Tratado de Pediatria**. Sociedade Brasileira de Pediatria. 2. ed. Barueri: Editora Manole, 2014.

MURAHOVSKI, Jayme. **Pediatria Diagnóstico e Tratamento**. São Paulo: Sarvier, 2013.

OLIVEIRA, Reynaldo Gomes de. **Blackbook de Pediatria**. Belo Horizonte: Blackbook, 2011.

IV DIRETRIZES Brasileiras do Manejo da Asma. *Jornal Brasileiro de Pneumologia*, n. 38, 2012.

=====

23. Psiquiatria

Bibliografia:

ALVARENGA, Pedro Gomes. et al. **Fundamentos em Psiquiatria**. Barueri: Editora Manole, 2008.

DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2008.

KAPLAN, H. I. et al. *Compêndio de Psiquiatria*. 9. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2007.

KAPLAN, H. I. et al. *Compêndio de Psiquiatria*. 10. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2010.

KASPER, Dennis L. et al. **Harrison: Medicina Interna** 18. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill Interamericana do Brasil, 2013. 2 vol

SENA, Eduardo Pondé. et al. **Psicofarmacologia Clínica**. Rio de Janeiro: Medbook, 2011.

=====

24. Radiologia

Bibliografia:

BRANT, William E. et al. **Fundamentos de Radiologia: diagnóstico por imagem**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

JUHL, John H. et al. **Interpretação Radiológica**. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

KASPER, Dennis L. et al. **Harrison: Medicina Interna** 18. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill Interamericana do Brasil, 2013. 2 vol

LEE, Joseph K. T. et al. **Tomografia Computadorizado Corpo em Correlação com Ressonância Magnética**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

MULLER, Nestor L. et al. **Tórax**. Série do Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PRANDO, Adilson. et al. **Fundamentos de Radiologia e Diagnóstico por Adam Greenspan: radiologia Ortopédica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2005.

ROCHA, Antônio José da. et al. **Encéfalo**. Série Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

RUMACK, Carol M. et al. **Tratado de Ultrassonografia Diagnóstica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

WERLANG, Henrique Z. et al. **Manual do Residente de Radiologia**. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2005.

=====

25. Sem Especialidade

Bibliografia:

BEREK, Novak. **Tratado de Ginecologia**. 14. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

GOLDMAN, Lee. et al. **Tratado de Medicina Interna**. 23. ed. Rio de Janeiro: Elsevier. 2009.

KASPER, Dennis L. et al. **Harrison: Medicina Interna** 18. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill Interamericana do Brasil, 2013. 2 vol.

LOPES, Fábio Ancona. et al. **Tratado de Pediatria da Sociedade Brasileira de Pediatria**. 2. ed. Barueri: Editora Manole, 2009.

MEDRONHO, Roberto A. et al. **Epidemiologia** 2ª. Ed. Atheneu, 2008.

REZENDE, J. **Obstetrícia Fundamental**. 12. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

TOWNSEND, C. M. et al. **Sabiston: Tratado de Cirurgia**. 18. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

=====

26. Urologia

Bibliografia:

EUROPEAN Association of Urology Pocket Guidelines. [S.l.]: [S.n.], 2012.

JUNIOR, A.N., et al. **Urologia Fundamental**. Sociedade Brasileira de Urologia. [S.l.]: Editora Planmark, 2010.

KASPER, Dennis L. et al. **Harrison: Medicina Interna** 18. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill Interamericana do Brasil, 2013. 2 vol

MCANINCH, Jack W; Lue, Tom F; **Urologia Geral de Smith e Tanagho**. 18, ed. McGraw-Hill. Brasil, 2014.

NARDI, Aguinaldo C. et al. **Urologia Brasil**. [S.l.]: Editora Planmark, 2013.

TOWNSEND, C. M. et al. **Sabiston: Tratado de Cirurgia**. Tradução Sabiston. 17.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

WEIN. et al. **Urology Campbell**. 9.ed. [S.l.]: Walsh, 2007.

ANEXO "I"

BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE FARMÁCIA

LIVROS TÉCNICOS:

ANSEL, H.C. *et al.* **Formas Farmacêuticas e Sistemas de Liberação de Fármacos.** 9ª ed. São Paulo: Editorial Artmed, 2013.

COMISSÃO DA FARMACOPÉIA DA ANVISA. **Farmacopéia Brasileira.** 5ªed. Rio de Janeiro. Editora Fiocruz, 2010.

GIL, Eric S. **Controle Físico-Químico de Qualidade de Medicamentos.** 3ª ed. São Paulo: Pharmabooks Livraria e Editora, 2010.

HOFFBRAND, A. V. *et al.* **Fundamentos em Hematologia.** 6ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

KATZUNG, Bertran G. *et al.* **Farmacologia Básica e Clínica.** 12ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

KOROLKOVAS, Andrejus *et al.* **Química Farmacêutica.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

MCPHERSON, Richard A. *et al.* **Diagnósticos Clínicos e Tratamento por Métodos Laboratoriais de Henry.** 21ª ed. Barueri: Editora Manole, 2012.

NEVES, David Pereira *et al.* **Parasitologia Humana.** 12ª ed. Rio de Janeiro: Editora Atheneu, 2011.

OGA, Siezi *et al.* **Fundamentos de Toxicologia.** 2ªed. Rio de Janeiro: Editora Atheneu, 2003.

OPLUSTIL, Carmen Paz *et al.* **Procedimentos Básicos em Microbiologia Clínica.** 3ª ed. São Paulo: Sarvier, 2010.

STORPIRTIS, Silvia *et al.* **Ciências Farmacêuticas: Biofarmacotécnica.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

WILLIAMSON, Mary A. *et al.* **Wallach: Interpretação de Exames de Laboratórios.** 9ªed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA:

BRASIL. Presidente da República. **Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 3 ago 2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

BRASIL. **Resolução CFF nº 387 de 13 de dezembro de 2002.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 17 dez 2002. Alterada pela Resolução nº 584 de 29 de agosto de 2013 - Regulamenta as atividades do farmacêutico na indústria farmacêutica

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **RDC nº 302, de 13 de outubro de 2005**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 14 out 2005 - Dispõe sobre Regulamento Técnico para funcionamento de Laboratórios Clínicos.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **RDC nº 306, de 07 de dezembro de 2004**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 dez 2004 - Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **RDC nº 71, de 22 de dezembro de 2009**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez 2009 - Estabelece regras para a rotulagem de medicamentos.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **RDC nº 17, de 16 de abril de 2010**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19 abril 2010 - Dispõe sobre as Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **RDC nº 48, de 25 de outubro de 2013**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28 out 2013 - Aprova o Regulamento Técnico de Boas Práticas de Fabricação para produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, e dá outras providências.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **RDC nº 481, de 23 de setembro de 1999**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 27 set 1999 - Estabelece parâmetros para controle microbiológico de produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **RDC nº 04, de 10 de fevereiro de 2009**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11 fev 2009 - Dispõe sobre as normas de farmacovigilância para os detentores de registro de medicamentos de uso humano.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **RE nº 01, de 29 de julho de 2005**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1 ago 2005 - Dispõe sobre o Guia para a Realização de Estudos de Estabilidade

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **RDC nº 54, de 11 de dezembro de 2013**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11 dez 2013 - Dispõe sobre a implantação do sistema nacional de controle de medicamentos e os mecanismos e procedimentos para rastreamento de medicamentos na cadeia dos produtos farmacêuticos e dá outras providências.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **RDC nº 60, de 10 de outubro de 2014**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 13 out 2014 - Dispõe sobre os critérios para a concessão renovação do registro de medicamentos com princípios ativos sintéticos e semissintéticos, classificados como novos, genéricos e similares, e dá outras providências.

BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE ODONTOLOGIA

I. Conhecimentos Gerais:

Bibliografia:

ANDRADE, E. D. Terapêutica Medicamentosa em Odontologia. 3.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2014.

ANDREASEN, J. O. Fundamentos de Traumatismo Dental. 2.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

ANUSAVICE, K. J. Phillips: Materiais Dentários. 12. ed. Rio de Janeiro: ELSEVIER, 2013.

BARATIERI, L. N. et al. Odontologia Restauradora Fundamentos e Possibilidades. 1. ed. São Paulo: Santos Livraria e Editora, 2010 – VOL 1 E 2.

COHEN, S.; HARGREAVES, K. M. Caminhos da Polpa. 10.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

CONCEIÇÃO, E. N. et al. Dentística - Saúde e Estética. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DEAN, J. A.; McDONALD, R.E.; AVERY, D. R. McDONALD e AVERY - Odontopediatria para Crianças e Adolescentes. 9.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

FREITAS, A.; ROSA, J. E.; SOUZA, I. F. Radiologia Odontológica. 6.ed. São Paulo: Artes Médicas, 2004.

JORGE, W. A. et al. Odontologia Hospitalar: Bucomaxilofacial, Urgências Odontológicas e Primeiros Socorros. 1.ed. [S.1.]: Medbook, 2009.

LINDHE, J. et al. Tratado de Periodontia Clínica e Implantologia Oral. 5.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

LOPES, H. P.; SIQUEIRA JR., J. F. Endodontia - Biologia e Técnica. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

MALAMED, S. F. Manual de Anestesia Local. 6.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

MEZZOMO E. et al. Reabilitação Oral Contemporânea. 1.ed. São Paulo: Santos Livraria e Editora. 2006.

NEVILLE, B. W.; et al. Patologia Oral e Maxilofacial. 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

REGEZI J. A.; CIUBBA J. J.; JORDAN R. C. K. Patologia Oral: Correlações Clinicopatológicas. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

SHILLINGBURG, H. T. et al. Fundamentos de Prótese Fixa. 4.ed. São Paulo: Quintessence Ltda, 2007.

SCULLY, C. Medicina Oral e Maxilofacial: Bases do Diagnóstico e Tratamento. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

TELLES, D. Prótese Total - Convencional e Sobre Implantes. 1.ed. São Paulo: Santos Livraria e Editora, 2009.

WANNMACHER, L.; FERREIRA, M. B. C. Farmacologia Clínica para Dentistas. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

II. Conhecimentos Específicos:

=====

1. CIRURGIA E TRAUMATOLOGIA BUCO-MAXILO-FACIAL

Bibliografia:

- ARAÚJO, A.; GABRIELLI, M.F.R.; MADEIROS, P.J. Aspectos Atuais da Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial. São Paulo: Santos, 2007.
- BELL, W. H.; GUERRERO, C. A. Distração Osteogênica do Esqueleto Facial. Porto Alegre. Editora Artmed, 2008.
- MALAMED, S.F. Manual de Anestesia local. 6ª Ed. São Paulo: Santos, 2013.
- MISCH, C. E. Implantes Dentais Contemporâneos. 3ª Ed. Rio de Janeiro. Elsevier. 2008.
- NEVILLE, W. B; et. al: Patologia Oral e Maxilofacial. Guanabara Koogan 3ª Ed 2009.
- PETERSON, L.J.; ELLIS, E.; HUPP, J.R.; TUCKER, M.R. - Cirurgia Oral e Maxilofacial Contemporânea, Rio de Janeiro, 5ª.Ed, Ed. Elsevier S.A. 2009.
- PRADO, Roberto e SALIM Marta. Cirurgia Bucomaxilofacial, Diagnóstico e Tratamento. 1ª Ed Rio de Janeiro. Ed Medsi 2004.
- PROFFIT,W.R.; WHITE JR., R.P.; SARVER, D.M. Tratamento Contemporâneo de Deformidades Dentofaciais. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- TOPAZIAN, R.G.; GOLDBERG,M.H.;HUPP, J.R.; Infecções Oraís e Maxilofaciais. 4ª Ed São Paulo: Santos, 2006.
- VALENTE, Claudio. Técnicas Cirúrgicas Bucais e Maxilofaciais. Rio de Janeiro, volta Redonda Ed Revinter 2003 1ª Ed.

2. DENTÍSTICA RESTAURADORA

Bibliografia:

- ANUSAVICE, K. J. Phillips: Materiais dentários. 12. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- BARATIERI, L. N. et al. Odontologia Restauradora Fundamentos e Técnicas,volumes 1 e 2. 1ed. São Paulo: Livraria Santos Editora,2010.
- BOTTINO, M. A. et al. Percepção: estética em próteses livres de metal em dentes naturais e implantes. São Paulo: Artes Médicas, 2009. _____. Soluções Clínicas: fundamentos e técnicas. Florianópolis: Ponto, 2008.
- BUSATO,L.S. et al.. Dentística – Filsoodia, Conceito e Prática Clínica. Grupo Brasileiro de Professores de Dentística. São Paulo: Artes Médicas. 2005.
- CONCEIÇÃO, E. N. Dentística Saúde e Estética. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. _____. Restaurações Estéticas, Compósitos, Cerâmicas e Implantes. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- CONCEIÇÃO, E. N et al. Dentística - Saúde e Estética 2ª ed. Porto Alegre> Artmed. 2007.

FERJESKOV, O. et al. Cárie Dentária: a doença e seu tratamento clínico. 2 ed. São Paulo: Santos, 2013.

MONDELLI, J. Dentística Procedimentos Pré-clínicos. Porto Alegre: Santos, 2002.
Fundamentos da Dentística Operatória. 2 ed. Porto Alegre: Santos, 2006.

ESSEX

3. ENDODONTIA

Bibliografia:

ANDREASEN, J. O. et al. Fundamentos do traumatismo dental. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

COHEN, S. et al. Caminhos da Polpa. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

LEONARDO, M. R. Tratamento de Canais Radiculares: princípios técnicos e biológicos. 4.ed. São Paulo: Artes Médicas, 2005. 2 vol.

LOPES, H. P. et al. Endodontia: biologia e técnica. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

TORABINEJAD, M. et al. Endodontia: princípios e prática. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

4. ODONTOPEDIATRIA

Bibliografia:

CORRÊA, M.S.N.P. Odontopediatria na primeira infância. 3ª Ed. São Paulo. Editora Santos, 2010.

GUEDES-PINTO, A.C. Odontopediatria. 8ª Ed. São Paulo. Editora Santos, 2010.

KRAMER, Paulo Floriani; FELDENS, Carlos Alberto. Traumatismos na dentição decídua: prevenção, diagnóstico e tratamento. 2ª Ed. São Paulo Editora Santos, 2013.

McDONALD, R.E.; AVERY, D.R. Odontopediatria para crianças e adolescentes. 9ª Ed. Editora Elsevier, 2011.

TOLEDO, Orlando Ayrton de. Odontopediatria: fundamentos para a prática clínica. 4ª Ed. Editorial Medbook, 2012.

5. ORTODONTIA

Bibliografia:

ALEXANDER, R. G. Wick. *Ortodontia: a disciplina de Alexander*. São Paulo: Editora Santos 1ª Ed, 2003.

GRABER, Thomas M.; VANARSDALL JR, Robert L. *Ortodontia: princípios e técnicas atuais*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

INTERLANDI, S. *Ortodontia: bases para a iniciação*. 5ª Ed. São Paulo: Artes Médicas, 2002.

MOYERs, R. E. *Ortodontia*. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

PROFFIT, William R.; FIELDS, Henry W. JR; SARVER, David M. *Ortodontia Contemporânea*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

6. PERIODONTIA

Bibliografia:

BORGHETTI, A. et al. *Cirurgia Plástica Periodontal*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CARRANZA, F.A. et al. *Periodontia Clínica*. 11. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

GENCO, R.J. et al. *Periodontia Contemporânea*. 3. ed. São Paulo: Editora Santos, 1999.

LINDHE, J. et al. *Tratado de Periodontia Clínica e Implantologia Oral*. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

MACHADO, W. A. S. *Periodontia Clínica*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Medsi, 2003.

7. PRÓTESE DENTÁRIA

Bibliografia:

ANUSAVICE, K. J. *Phillips: Materiais Dentários*. 12. ed. Rio de Janeiro: ELSEVIER, 2013.

BARATIERI, L. N. et al. *Odontologia Restauradora Fundamentos e Possibilidades*. 1. ed. São Paulo: Santos Livraria e Editora, 2010 – VOL 1 E 2.

CARDOSO, A. C. *O Passo-a-Passo da Prótese Sobre Implantes - Da 2ª Etapa Cirúrgica à Reabilitação Final*, 2. Ed. São Paulo: Santos Livraria e Editora, 2012.

CONCEIÇÃO, E. N. et al. *Dentística - Saúde e Estética*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

MEZZOMO, E. et al. *Prótese Parcial Fixa - Manual de Procedimentos*. 1. ed. São Paulo: Santos Livraria Editora, 2001.

MEZZOMO, E. et al. *Reabilitação Oral Contemporânea*. 1. ed. [S.l.]: Santos Livraria Editora, 2006.

MISCH, CARL E. *Implantes Dentais Contemporâneos*. 3. ed. [S.l.]: Elsevier, 2009

OKESON, J.P.; *Tratamento das Desordens Temporomandibulares e Oclusão* - 7ª ed. Ed. Elsevier; 2010

PEGORARO, L. F. et al. *Prótese Fixa - Bases para o Planejamento em Reabilitação Oral*. 2. ed. Artes Médicas, 2013.

SHILLINGBURG, H. T. et al. *Fundamentos de Prótese Fixa*. 4. ed. São Paulo: Quintessence Ltda, 2007.

TELLES, D. *Prótese Total - Convencional e Sobre Implantes*. 1. ed. São Paulo: Santos, 2009.

TODESCAN, R. et al. Atlas de Prótese Parcial Removível. 1. ed. São Paulo: Santos Livraria e Editora, 1996.

TURANO, J. C.; TURANO, L. M. Fundamentos de Prótese Total. 9. ed. [S.l.]: Santos Livraria e Editora, 2010.

ANEXO "L"

BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE IDIOMAS (LINGUA ESTRANGEIRA)

LÍNGUA INGLESA

Bibliografia:

LATHAM-KOENIG, OXENDEN & SELIGSON. *American English File*. Oxford University Press.

MICHAEL SWAN. *Practical English Usage*. Oxford University Press, 2005.

SWAN & WALTER. *The Good Grammar Book*. Oxford University Press. Disponível em:

<http://vk.com/doc8069473_178668309?hash=00ea8986d38822ca49&dl=a21ae6fa41acc72cb8>

<<http://www.talkenglish.com>>

LÍNGUA ESPANHOLA

Bibliografia:

GONZÁLEZ HERMOSO, Alfredo; ROMERO DUEÑAS, Carlos. *ECO Curso Modular de Español Lengua Extranjera. Libro del Alumno. Nivel 1 - A1*. Madrid: Edelsa, 2008.

GONZÁLEZ HERMOSO, Alfredo; ROMERO DUEÑAS, Carlos; CERVERA VÉZEZ, Aurora. *Competencia Gramatical en USO: Ejercicios de gramática forma y uso A1*. Madrid: Edelsa, 2007.

MILANI, Esther Maria. *Gramática de Espanhol para brasileiros*. Saraiva, 2000.

Nuevo Listo: volumen único/editora responsável Roberta Amendola. 2ªde. São Paulo:Moderna,2012.

**ENDEREÇOS PARA CONTATO COM A ESCOLA
DE SAÚDE DO EXÉRCITO**

Endereço da Escola: Escola de Saúde do Exército - Seção de Concursos, Rua Francisco Manuel nº 44, Benfica, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 20911-270;

Telefones: PABX: (0XX21)3878-9400 - Seção de Concursos: 3878-9433 - Comunicação Social: 3878-9418;

Endereço na Internet: <http://www.essex.ensino.eb.br>; e

ESSEX

JOSÉ OITICICA MOREIRA – Cel
Comandante da Escola de Saúde do Exército

BOA SORTE !

**“AQUI COMEÇA O SERVIÇO DE
SAÚDE DO EXÉRCITO”**